

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**VOZES FEMININAS DA REVOLUÇÃO: MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NA
FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE (1962-1975)**

MAIARA CEMIN CAGLIARI

Porto Alegre

2017

MAIARA CEMIN CAGLIARI

**VOZES FEMININAS DA REVOLUÇÃO: MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NA
FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE (1962-1975)**

Monografia apresentada no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciada em História.

Orientador Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2017

MAIARA CEMIN CAGLIARI

**VOZES FEMININAS DA REVOLUÇÃO: MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NA
FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE (1962-1975)**

Monografia apresentada no Departamento de
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para
obtenção de grau de Licenciada em História.

Orientador Prof. Dr. José Rivair Macedo

Prof^a Dr. Carla Brandalise

Prof^a Dr. Natália Pietra Mendez

Porto Alegre

2017

Cagliari, Maiara Cemin

Vozes femininas da revolução: mobilização de mulheres na Frente de Libertação Nacional de Moçambique (1962-1975) / Maiara Cemin Cagliari. -- 2017.

59 f.

Orientador: José Rivair Macedo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. História da África. 2. FRELIMO. 3. Mulheres. 4. Moçambique. 5. Luta de Libertação Nacional. I. Macedo, José Rivair, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Adriane e Almir, pois desde que me lembro de ser gente, nunca deixaram eu desistir dos meus sonhos, além de sempre incentivarem minha formação como sujeita crítica e professora, assim como a minha irmã Dandara, a melhor companheira de estórias. Ao amor do Lorenzo, que sempre me deu forças e que nos últimos três anos tem me acompanhado nessa trajetória incrível.

Ao meu professor orientador José Rivair, que desde a disciplina de História das Antigas Sociedades Africanas, sempre me estimulou a seguir com meus objetivos de pesquisa no campo. Obrigada pelo incentivo e pela paciência! Agradeço às professoras da banca avaliadora do trabalho e especialmente à professora Carla Meinerz, que apesar de não ter envolvimento direto com esse trabalho, sempre me trouxe novos ânimos na formação em História.

Ainda agradeço a todos que marcaram minha graduação, em especial aos colegas que me apoiaram na árdua tarefa de concluir a graduação e à colega Marina Zimmer que me acompanha desde minhas primeiras experiências em sala de aula, assim como a Amanda Rocha e a Bárbara Buffon. Ainda que estando longe, agradeço principalmente aos amigos que acompanharam esse processo, compartilhando angústias e esperanças comigo: Morgana, Vitória, Raisca e Pedro, vocês fazem parte desse resultado.

Sou grata também a todos meus colegas de trabalho. Desde o LHISTE, me ajudaram a crescer como educadora e pesquisadora, possibilitando aprendizagens enormes no campo. Gratidão especial aos colegas de meu atual estágio no Arquivo Judicial Centralizado que me proporcionam uma intensa troca de saberes e desafios da profissão.

“Bates-me e ameaças-me,
Agora que levantei minha cabeça esclarecida

E gritei: ‘Basta!’

(...)

Ò carrasco de olhos tortos,

De dentes afiados de antropófago

E brutas mãos de orango:

Vem com o teu cassetete e tuas ameaças,

Fecha-me em tuas grades e crucifixa-me,

Traz teus instrumentos de tortura

E amputa-me os membros, um a um...

Esvazia-me os olhos e condena-me à escuridão eterna...

- que eu, mais do que nunca,

Dos limos da alma,

Me erguerei lúcida, bramindo contra tudo:

Basta! Basta! Basta!”

(Noemia Sousa)

RESUMO

A presente pesquisa pretende compreender a participação das mulheres no contexto africano de libertação nacional, focando no caso de Moçambique, desde o período de luta armada até a independência (1962-1975). Busca-se analisar de que modo o projeto político da FRELIMO esteve comprometido com a emancipação das mulheres, em que esferas houve engajamento das mulheres e se de fato suas demandas de gênero foram atendidas. A partir disso visa problematizar e analisar os discursos veiculados pela FRELIMO, contrapondo-os com a vivência das mulheres militantes e combatentes.

Palavras-chave: História da África; FRELIMO; Mulheres; Destacamento Feminino; Luta de Libertação Nacional.

ABSTRACT

The present research intends to understand the participation of women in the African context of national liberation, focusing on the case of Mozambique, from the period of armed struggle to independence (1962-1975). The goal is analysing how FRELIMO's political project was committed to the emancipation of women, in which spaces there was engagement of women and if indeed their demands of gender equality were met. From this it intends to problematize and analyze the discourses conveyed by FRELIMO, contrasting them with the experience of women militants and combatants.

Keywords: History of Africa; FRELIMO; Women; Female Detachment; Nacional Liberation Struggle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 LUTA PELA LIBERTAÇÃO E SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO	
1.1 Contexto de luta anti-colonial em Moçambique	13
1.2 O surgimento da FRELIMO	16
1.3 Projeto político da FRELIMO	22
2 EMANCIPAÇÃO DA MULHER NA FRELIMO	
2.1 “O combate da mulher é um combate da humanidade”	26
2.2 O Destacamento Feminino	30
2.3 A Organização da Mulher Moçambicana	32
3 “NÃO FOI SÓ O HOMEM QUE LIBERTOU MOÇAMBIQUE”: VOZES FEMININAS DA REVOLUÇÃO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICE	51
ANEXO A	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FRELIMO	Frente de Libertação Nacional de Moçambique
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
DF	Destacamento Feminino
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
MANU	União Nacional Africana de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
LIFEMO	Liga Feminina de Moçambique
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
NESAM	Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana

INTRODUÇÃO

Durante a minha formação escolar e acadêmica, em meio às ausências curriculares, percebi a relevância de estudar História da África e a nossa responsabilidade acadêmica em produzir conhecimento socialmente engajado que busque romper com os silêncios e apagamentos da historiografia. Inicialmente, isso me levou aos estudos de participação das minorias sociais em processos de questionamento da ordem política vigente, como experiências socialistas e comunistas. Já no campo dos estudos africanos de libertação nacional, tive contato com projetos inspiradores de transformação da realidade e me deparei com o caso de Moçambique.

Minhas perspectivas iniciais sobre a luta de libertação nacional em Moçambique estavam focadas no uso do cinema como ferramenta ideológica e de difusão frelimista, principalmente a partir da criação do Instituto de Cinema. Tive dificuldades em pesquisar esse tema devido à indisponibilidade de fontes que estivessem ao meu alcance e passei então a tentar ‘desembaraçar os fios’ que constituíam a história de Moçambique no período revolucionário. Busquei principalmente enfrentar o discurso oficial da FRELIMO e entender como foi a sua atuação no campo das demandas femininas.

Meu principal questionamento para essa pesquisa foi compreender se a revolução política e social da FRELIMO abarcou as demandas das mulheres e se, na constituição de sua luta, incluiu e atendeu as mesmas de modo igualitário na sociedade. Em busca de tais respostas, é importante frisar que entendo que a inclusão de mulheres não se trata apenas de atribuir um cargo as mesmas, mas sim incentivar o seu próprio desenvolvimento e a promoção de políticas direcionadas a elas.

Essa pesquisa fundamenta-se nos estudos de história das mulheres, de um modo descritivo e interpretativo ao situar as mulheres como agentes sociais que atuam em um contexto específico, mas também buscando compreender as relações sociais que permeiam essas. Dentro da história das mulheres - que não deve ser considerada como apenas um apêndice da história geral - também há a necessidade de compreender a atuação dos grupos de gênero na história, sendo este um conceito de análise dos indivíduos para além do sexo (orientação biológica), compreendendo os processos sociais e culturais que constituem a orientação das pessoas quanto á variante "masculino" e "feminino", pois

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86)

Nesse sentido, trabalhar com gênero implica reconhecer que a história e a sociedade são resultados de ações dos indivíduos e relações de poder, logo, mostra-se essencial questionar e analisar problemas da relação entre masculino e feminino e os papéis que são legados a estes grupos.

Para tanto, utilizando os princípios de pesquisa que a moçambicana Isabel Casimiro vê como fundamentais para um trabalho que trate das organizações de mulheres, sendo estes, a pesquisa comprometida e a história oral, busco compreender o fazer político das mulheres em espaços hegemonicamente masculinos. Com a atual visibilidade do feminismo e a possibilidade de produzir um conhecimento que conteste os meios de exploração das mulheres em uma perspectiva histórica, busca-se valorizar e reconhecer as distintas experiências dos sujeitos. Estudar as mulheres a partir dos seus próprios discursos é revolucionário e não se trata apenas de uma perspectiva de pesquisa, mas também um modo de estar no mundo (CASIMIRO, 2012, p.215), atenta às experiências e atuações contra a opressão masculina, levando em conta diferentes socializações e percepções de ser mulher.

Na presente pesquisa são utilizados diferentes tipos de fontes e documentos, sendo que em um primeiro momento busca-se estudar o projeto político da FRELIMO, utilizando fontes que fazem parte do acervo ALUKA, sendo esses documentos institucionais produzidos pelo próprio partido, como estatuto, programa, constituição, dossiês da FRELIMO e seus periódicos. Um dos periódicos para análise é “A voz da revolução”, publicado desde 1966, é a publicação central da FRELIMO, nela encontramos reportagens de jornalistas e convidados estrangeiros que relatam suas impressões da luta de libertação, cartas da população, comunicados do avanço da guerra nas províncias e compilação de discursos e relatos de eventos promovidos pela Frente, incentivando o povo moçambicano a lutar. Os relatos das mulheres são outra fonte importante a ser estudada, eles são resultado da compilação de pesquisadoras moçambicanas que buscando reconstruir o período da luta armada, entrevistaram as militantes, como no caso de Ana Bouene Mussanhane (2012), ou Allen Isaacman e Barbara Isaacman (1984) e Isabel Casimiro (2014, 2012) que reuniram os relatos disponíveis nos próprios materiais da FRELIMO.

O presente trabalho encontra-se dividido em três momentos. Na primeira parte, “Luta pela libertação e superação do colonialismo”, busco realizar um apontamento do que foi o movimento de libertação nacional da FRELIMO em Moçambique, situando-o no contexto africano de luta anti-colonial, apontando quais os seus objetivos com a construção de uma nova sociedade a partir de seu projeto político. A segunda parte, “Emancipação da mulher na FRELIMO”, trata de situar a mobilização das mulheres na FRELIMO e nos projetos que a Frente desenvolveu nesse sentido, como o Destacamento Feminino e a OMM. Nesse caso, trago também breves relatos e análise de fontes frelimistas sobre o engajamento feminino. A terceira parte, “Não foi só o homem que libertou Moçambique: vozes femininas da revolução”, que pode ser considerado o ponto-chave do trabalho, pois se trata da compilação e análise de relatos de mulheres que participaram dos movimentos citados, confrontando suas vozes e vivências com o discurso oficial da FRELIMO. A frase que dá início ao título é um exemplo desses relatos que resgato, buscando compreender quais motivos levaram as mulheres a participarem dessa luta e se, para elas, suas demandas foram contempladas. Por fim, trago no apêndice e nos anexos uma breve biografia das mulheres cujos relatos são apresentados nesta pesquisa e também a íntegra de um dos relatos.

1 LUTA PELA LIBERTAÇÃO E SUPERAÇÃO DO COLONIALISMO

1.1 Contexto de luta anti-colonial em Moçambique

A dominação colonial e militar em Moçambique, iniciada na década de 1880, esteve consolidada apenas no decorrer do século XX (UZOIGWE, 2010) pelos portugueses. Segundo David Chanaiwa (2010, p.295), após 1935, a região da África Austral representava a parte mais importante do continente por fatores econômicos e geopolíticos, como a vasta fonte de minérios e o tráfego entre a Ásia e o Ocidente através da rota do Cabo. Essa região esteve sob domínio colonial até fins da década de 1970.

A luta pelo reino político – ou pela soberania política – na África colonial se desdobrou em quatro etapas, por vezes entrecruzadas nos fatos, mas, nitidamente passíveis de análise. Antes da Segunda Guerra Mundial, produziu-se primeiramente uma fase de agitação das elites em favor de uma maior autonomia. A ela seguiu-se um período caracterizado pela participação das massas na luta contra o nazismo e o fascismo. Adveio, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, a luta não violenta das massas por uma total independência. Finalmente, sobreveio o combate armado pelo reino político: a guerrilha contra os governos de minoria branca, sobretudo a partir dos anos 1960. (MAZRUI, 2010, p.126)

Dentro desses projetos coloniais europeus de monopólio econômico nas colônias africanas – apoiados pelas elites locais – na África Austral constituíram-se meios legais segregacionistas, como o Apartheid na África do Sul e as leis de regulação do trabalho para africanos em toda região. No caso de Moçambique, sua economia era organizada pelo sistema de *plantation* (CHANAIWA, 2010, p.300), mantida pela reserva de domínio de terras para portugueses e a mão-de-obra migrante. A circulação de nativos entre Moçambique e as nações limítrofes para o trabalho nas fazendas e minas trouxe como consequências o acirramento das desigualdades raciais, a dificuldade de uma resistência anti-colonial e a fragmentação dos núcleos familiares, de modo que em sua maioria, as mulheres passaram a ser responsáveis pela economia familiar e o trabalho doméstico.

Os códigos de trabalho da metrópole portuguesa mantinham diferenças legais para os europeus, “civilizados”, e para os chamados “indígenas”, tidos como não-

civilizados¹. Já em 1899, foi criado o primeiro código de trabalho nativo - o Chibalo - método nacional que explorava a força de trabalho moçambicana através de perseguições e capturas, paralelo à exportando a mão-de-obra forçada principalmente para as minas na África do Sul². A utilização da mão-de-obra do Chibalo no meio urbano servia para manter os salários baixos, impelir organizações de trabalhadores e sujeitar a mão-de-obra para alternativas mal pagas. Ainda assim, a classe operária emergente era comprometida pelo controle dos salários através pelo exército de reserva. Podemos concluir que esse sistema manteve a população moçambicana negra sem trabalhos especializados e adiou as demandas da classe operária até os anos 1960.

Até 1950 o Chibalo era a principal mão-de-obra para as construções e obras estatais, quando inicia o aumento do setor secundário e a indústria, avançando o capital em áreas de habitação e construção comercial, expandindo as oportunidades de trabalho livre para os africanos, tornando o Chibalo algo desnecessário e inaceitável (PENVENNE, 1981, p.22), pois já existiam maiores possibilidades de trabalho no meio urbano.

O engajamento político anti-colonial em Moçambique é visível no final da década de 1940, com o final da Segunda Guerra Mundial, quando as políticas coloniais se exaurem e o engajamento de estudantes e trabalhadores conduzem inúmeras greves e paralisações na região de Lourenço Marques em áreas urbanas e rurais, culminando em intensa repressão³. É entre os anos de 1960 e 1970, na África Austral, que ocorre o

¹ Dentro da administração colonial portuguesa, já desde o período republicano, para além da ocupação territorial das terras africanas, existia um discurso colonial de justificativa colonial. Este dividia os nativos em 'indígenas' e 'assimilados', pois através de uma ideologia de incorporação e aceitação dos costumes portugueses pelos africanos, estes deveriam evoluir intelectualmente ao nível dos europeus. Essa forma de domínio territorial e cultural é um modo "assimilacionista descentralizador", pois não pretendia romper imediatamente com as tradições e cultura local, mas sim através de um lento processo de assimilação onde os costumes indígenas passariam de uma transição da "selvageria" para a "civilização". Essa transição lenta seria um modo de implementar uma tutela perpétua pois para a obtenção de direitos civis, os africanos deveriam incorporar valores civilizacionais portugueses, mantendo-os sob seu controle. Segundo Lorenzo Macagno (2014, p.37) a concepção de que as colônias seriam uma extensão da metrópole, onde todos seriam parte da nação portuguesa estava dependente do status dos indivíduos, onde as "leis deviam ser adequadas ao estado de evolução das sociedades às quais eram aplicadas" (MACAGNO, 2014, p.37). Apenas em 1961 é revogado o Estatuto dos Indígenas, quando todos habitantes das colônias portuguesas passam a ser considerados portugueses.

² Segundo Jeanne Penvenne (1981), já em 1912, em média 91 mil moçambicanos estavam a trabalhar forçadamente no exterior, para a WENELA (Witwatersrand Native Labour Association – Associação do trabalho Nativo no Rand) que repassava ao governo português uma taxa de salário por cada trabalhador, em contrapartida ao trânsito pelas linhas férreas e porto de Lourenço Marques.

³ De acordo com David Alexander Robinson (2006, p.26): "The next series of dock strikes did not occur until 1956 and again ended with terrible repression th at killed 49 participants. Meanwhile student activists, including Eduardo Mondlane and future Mozambican President Joaquim Chissano, formed the

processo de proliferação de movimentos de libertação nacional em colônias como a África do Sul, Rodésia, Angola, Moçambique e Namíbia. Segundo David Chanaiwa (2010, p.318-319) os movimentos tinham reivindicações em comum, como a rejeição do colonialismo, capitalismo e racismo e a adoção de teses do socialismo marxista-leninista.

É possível apontar que o momento de ebulição dos movimentos de organização da luta armada em Moçambique foi o Massacre de Mueda – distrito da província de Cabo Delgado, centro da população maconde - em junho de 1960. Neste episódio, uma multidão de macondes se reuniu para ouvir a delegação da MANU e a fala do governador de Cabo Delgado, Teixeira da Silva, que, ao contrário do esperado, não tratou das questões de terras do povo maconde e foi vaiado. Nesse momento, a população passa a ser encurralada pelo exército e mais de 600 pessoas⁴ foram mortas. Para o pesquisador Michel Cahen (1999), esse evento foi muito funcional para a mobilização moçambicana, pois foi utilizado como legitimador da necessidade de uma luta armada para a conquista da independência, pelo que viria a se constituir FRELIMO. Nesse ponto, compreendemos que o evento foi, de fato, muito utilizado para suscitar uma comoção e um engajamento político da população moçambicana, de modo que a FRELIMO reproduziu amplamente relatos e interpretações do ocorrido.

A partir da década de 1960, com o desencadear da luta armada nas colônias portuguesas, se intensifica a repressão colonial, diminuindo as possibilidades de luta interna em Moçambique. Isso ocorre principalmente após 1961, com o início da revolta e guerra colonial em Angola, que gera uma grande quantidade de refugiados nas regiões vizinhas, particularmente na Tanganica, atual Tanzânia. Os exilados criaram associações de refugiados, ainda não pertencendo a nenhuma das organizações políticas já existentes e exerceram uma forte pressão para a criação de uma única frente de libertação (SOUSA, 2008, p.157).

Nucleo dos Estudantes Africanos Secundarios de Mozambique (NESAM), which worked to spread ideas of nationalism and resistance amongst urban youth. Resistance to colonial rule also developed in Mozambique's rural areas, with a number of large-scale boycotts against cotton growing in the 1950s."

⁴ Nesse ponto há discordâncias quanto ao número de mortos. Michel Cahen aponta que foram entre 9 e 36 vítimas e que o encontro não foi uma manifestação pública mas sim, uma reunião pública oficial.

1.2 O surgimento da FRELIMO

A Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO) surge como uma combinação de três movimentos revolucionários nacionalistas de Moçambique: A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)⁵; União Nacional Africana de Moçambique (MANU)⁶; União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)⁷. Essas organizações que surgem respectivamente em 1960 e 1961 eram movimentos anti-coloniais dispersos, sem uma unidade política entre si. O que leva à sua união sob o nome de FRELIMO é uma constante pressão para que as lutas nacionais na África sejam unificadas, assim como nas demais colônias e conforme foi exposto na Conferência das Organizações Nacionalistas em Territórios Portugueses, que ocorreu em 1961, realizada em Casablanca, na qual foi reafirmada pelos líderes dos territórios já independentes a necessidade de se obter uma unidade entre os movimentos.

Ainda que a FRELIMO em 1962 aponte que seu surgimento se deu através da união destes três grupos autônomos, Michel Cahen (2005, p.56) coloca que,

É freqüente ler, apesar dos progressos da pesquisa histórica, que a FRELIMO foi fundada (...) pela unificação de três movimentos 'regionais', a Manu, maconde, a Udenamo, tida como do sul, e a Unami, tida como sendo do centro (da Zambézia). Esta história, que é a versão oficial, é muito funcional e 'etapista': movimentos, sobretudo regionais, até étnicos, unificam-se 'nacionalmente', fechando assim a 'etapa precedente' proto-nacionalista e

⁵ "A revolutionary movement organized by Mozambique workers and exiles in Salisbury (capital of then Rhodesia) in 1960. It moved to Dar-es-Salaam after Tanzania's independence in an attempt to overcome the problem of mounting warfare from a white-dominated British colony. In 1962, UDENAMO merged with FRELIMO. One of UDENAMO's founders was Adelino C. Gwambe. Urias Simango, a pastor from Beira, Mozambique, headed the movement temporarily until he became FRELIMO's vice president. One UDENAMO splinter group broke away from FRELIMO and called itself Comité Secreto da Restauração (COSER) (Secret Restoration Committee). COSER subsequently established a new but ineffective UDENAMO in Cairo." (AZEVEDO, 2003, p.188)

⁶ "The Mozambique African National Union (MANU) was formed in 1961 in Mombasa, Kenya. This organization emerged from a coalition of smaller groups, the most important which was the Makonde African National Union. The Makonde people live on both sides of the Rovuma river which marks the border between Mozambique and Tanzania. That MANU was modeled upon the Kenya African National Union (KANU) and the Tanganyika African National Union (TANU) is illustrated by the similarity in their acronyms. Indeed, it was a Kenya politician, C. Chockwe, who organised the movement's opening conference." (MUNSLOW, 1983, p.79-80)

⁷ "Revolutionary movement formed by Tete exiles in Blantyre, Malawi, in 1961. Its first president was José Baltazar Chagonga, whom President Hastings Banda of Malawi deported to Mozambique. After merging with UDENAMO and UNAMO as FRELIMO in 1962, UNAMI was revived in Malawi and had its headquarters (near Chileka Airport) in the home of the party's secretary-general, António Gadaga. Until 1967, despite his meager financial means, Gadaga received wholeheartedly several Mozambican refugees, many of whom were Catholic ex-seminarians who later found scholarships abroad. Malawi was not the proper place for any nationalist movement at the time, as the Portuguese could come in and out of the country almost at ease and capture nationalists. Banda also vowed to deport anyone engaged in military activity against the Portuguese government in Mozambique." (AZEVEDO, 2003, p.188)

abrindo a via à nova nação. Na realidade, apenas a Manu entrou na Frelimo, por decisão pessoal do seu presidente (mesmo se este e a maioria dos dirigentes tivessem saído dela rapidamente), a Udenamo dividiu-se em dois blocos desde antes do Congresso, e a Unami nunca aceitou o selo da Frelimo e conservou sempre independente a sua estrutura. A Udenamo não era de todo um grupo do 'sul', mas já uma organização plenamente multi-étnica com efectivamente muitos militantes do sul mas também muitos macondes vindos de outra organização, a Mozambique African Association (MAA) (...).

Ainda assim, as organizações, em junho de 1962, nutriram o compromisso de união e formação da FRELIMO, que apenas em setembro de 1962 realizou o seu primeiro congresso, em Dar-es-Salaam, Tanzânia, nesse momento a organização passa a se constituir enquanto vanguarda da luta nacional e anticolonial legalizada de Moçambique. Na tentativa de que nenhuma das organizações fosse mais privilegiada na constituição da FRELIMO, foi escolhido como novo líder da Frente um indivíduo externo: Eduardo Chivambo Mondlane, professor da Universidade de Siracusa, que apoiava a unificação dos movimentos e que, além de tudo, possuía credenciais acadêmicas e contatos internacionais.

O ponto central do encontro foi a criação de um programa e um estatuto que coordenasse as ações da Frente, bem como o *modus operandi* do grupo. A estrutura da FRELIMO foi definida como “centralismo democrático”, tendo princípios de: espírito coletivo, unidade de ação, espírito de responsabilidade, crítica e autocrítica e ajuda mútua. O programa aponta também para a união e mobilização contínua pelo fim do colonialismo português e vestígios do mesmo, bem como o imperialismo, conquista de Independência Nacional e subsequentemente a constituição de um regime democrático “do povo, pelo povo e para o povo”. No nível econômico, visa a autodeterminação de Moçambique em colaboração com povos africanos, e a reconstrução econômica, superando a condição subdesenvolvida. Quanto às questões de modo de produção, indica-se o fim do trabalho forçado e da emigração forçada de trabalhadores, isonomia salarial e constituição de um salário mínimo necessário para elevação do nível de vida. Finalmente, visa também o fim da educação colonialista e do analfabetismo, bem como a criação de forças de defesa nacional e a não adesão a blocos militares.

Ainda assim, ocorreram muitas divergências dentro do partido desde a sua formação, pois cada uma das entidades integradas possuía diferentes perspectivas teóricas de transformação da realidade e fim do colonialismo. Afinal, o ponto de consenso e acordo entre os partidos que constituíram e unificaram suas lutas na Frente

era a luta anti-colonial. É possível afirmar que a FRELIMO passou a ter políticas mais unificadas apenas após a morte de Eduardo Mondlane (1969), quando muitos membros já haviam abandonado a Frente e o presidente passa a ser Samora Machel, pois até 1963, devido às divisões internas do partido diversos membros foram expulsos.

Mas a vitória da facção radical da Frelimo sobre os conservadores que eles chamaram de "novos exploradores" fez notar as divisões de rase dentro do partido. Frelimo ainda era uma "frente" de elementos variados com um objetivo unido de descolonização e linhas de fratura ideológica, como o socialismo versus o desenvolvimento de uma burguesia indígena e o tribalismo, o regionalismo ou o nacionalismo racialmente exclusivo versus a criação de uma república não racial . Muitos dos soldados da linha de frente da Frelimo não estariam envolvidos nas disputas ideológicas do quadro político e também levaram mais idéias conservadoras para a era da nova república. (ROBINSON, 2006, p.26)⁸

Quanto a implementação da revolução caracterizada de esquerda pela Frente, no período de 1963-1969, também é possível apontar que suas ações estiveram mais voltadas para a ruptura colonial do que para a luta anti-classista, ignorando teorias marxistas-leninistas. Pois,

O uso de uma terminologia marxista por parte da Frelimo foi reformulado para articular preocupações nacionais e raciais. Os conceitos de classe não foram utilizados em nenhum sentido de agentes econômicos gerados por um modo de produção, nem foram implantados em qualquer tipo de "análise de classe" no sentido convencional. Em vez disso, eles designaram toda uma série de experiências coloniais, incluindo hierarquias de status e noções de humilhação racial e tratamento injusto e discriminatório. As repetidas referências de Machel à "exploração" dizem respeito a troca injusta (...) como disse Henrikson: "Frelimo castiga o capitalismo mais como instinto perverso do que como modo de produção. (HALL & YOUNG, 1997, p.66)⁹

A luta armada da FRELIMO inicia em setembro de 1964, com menos de trezentos guerrilheiros treinados¹⁰, utilizando-se da técnica "hit-and-run" de guerrilha¹¹

⁸ Tradução livre de: "But the victory of Frelimo's radical faction over those conservatives they termed the 'new exploiters' did not raise divisions within the party. Frelimo was still a 'front' of varying elements with a united goal of decolonization, and ideological fracture lines such as socialism versus the development of an indigenous bourgeoisie, and tribalism, regionalism or racially-exclusive nationalism versus the creation of a non-racial republic. Many of Frelimo's front line soldiers would not have been involved in the ideological disputes of the political cadre, and also carried more conservative ideas into the era of the new republic."

⁹ Tradução livre de: "Frelimo's usage of marxisant terminology was reshaped to articulate national and racial concerns. Concepts of class were not used in any sense of economic agents generated by a mode of production, nor were they deployed in any kind of 'class analysis' in the conventional sense. Rather, they designated a whole series of colonial experiences, including status hierarchies and notions of racial humiliation and unfair and discriminatory treatment. Machel's repeated references to 'explotation' concern unfair exchange (...) as Henrikson put it, 'Frelimo castigates capitalism more as wicked instinct than as a mode of production'"

¹⁰ "As Mondlane himself was to report: "In 1964 FRELIMO had only 250 trained soldiers, operating in small units of 10-15 men. By 1965, FRELIMO forces were already operating with units of company

(ROBINSON, 2006, p.78), atacando postos portugueses e prevendo as ações do inimigo. A campanha da Frente trouxe inúmeros aliados em diferentes Estados próximos, ou com modelos socialistas, como a República Popular da China e a União Soviética. A FRELIMO já nos anos 60 estava obtendo sucesso militar em Moçambique, crescendo o número de membros e, através da guerrilha, criando zonas liberadas em Niassa e Cabo Delgado, bem como regiões de fronteira com a Tanzânia. Já em 1967 recrutaram oito mil combatentes, formando milícias locais e lutando contra um contingente português de setenta mil soldados (ROBINSON, 2006, p.80).

O processo de constituição da luta armada é resultado da percepção de que não há modo de negociar com os opressores, uma vez que a lógica colonial afeta diferentes esferas sociais, como a própria cultura, e vai além da dominação territorial e política. A consciência nacional que advém de um processo de autoafirmação e negação do domínio estrangeiro traz a importante percepção de que o colonizado e o colono são iguais e que, portanto, apenas a substituição dessa dicotomia – com a quebra de hierarquias – poderá transformar o contexto colonial. Nesse sentido, sobre o acirramento da luta, Fanon afirma que:

as repressões, longe de quebrantar o ímpeto, acentuam os progressos da consciência nacional (...) reforçam essa consciência, porque indicam que entre opressores e oprimidos tudo se resolve pela força. (FANON, 1968, p.55)

Outro obstáculo para a FRELIMO foi a dificuldade em tornar as iniciativas marxistas universais, de modo que servisse de estrutura para todos (ROBINSON, 2006, p.24)¹². Durante o período de revolução, o partido não constituiu uma força de ação unificada em todo território nacional, pois suas iniciativas de formação política foram restritas às principais áreas rurais, uma vez que a repressão colonial atuava mais

strength, and in 1966 the companies were organised into battalions. In 1967 the FRELIMO army had the strength of 8,000 men and women ... in other words FRELIMO increased its strength 32 times over those three years.” <http://newafricanmagazine.com/mozambique-a-history-of-struggle/#sthash.4wknbVrF.dpuf>

¹¹ É uma tática característica de guerrilha que consiste em atacar o inimigo para causar o máximo de danos possíveis e expor suas falhas na defesa, abandonando o local imediatamente para evitar conflitos, pois o objetivo não é conquistar o território inimigo.

¹² Segundo as próprias conclusões de Mondlane: “the conditions of life in Mozambique, the type of enemy we have, permit no other alternative. It is impossible to create a capitalist Mozambique. It would be ridiculous for the people to fight to destroy the enemy’s economic structure and then reconstruct it for the enemy...We are going to construct a socialist system and there now exists a wealth of experiences from various socialist countries that we shall study carefully...The training of político-military cadres includes instruction about socialism” MONDLANE, Eduardo. “The evolution of FRELIMO”. The African Liberation Reader: Documents of the National Liberation Movements, vol.2, London: Zed Press, 1982, p.121.

fortemente nos centros urbanos. Ainda assim, parte da população teve contato com as políticas da FRELIMO apenas após a independência:

A intensa hostilidade da Frelimo às hierarquias tradicionais e a falta de entendimento ou comunicação efetiva com as populações rurais alienariam muitos do seu programa político e, em alguns casos, tornam-nos inimigos do regime. (ROBINSON, 2006, p.27)¹³

O processo de independência e descolonização de Moçambique ocorre em 1975 e é facilitado não apenas pelas atividades militares da FRELIMO, mas principalmente pela contestação e instabilidade política de Portugal nesse período. A revolução de Lisboa, resultante da luta do Movimento das Forças Armadas e a ascensão da Junta de Salvação Nacional, favoreceu o fim das guerras portuguesas e a independência das colônias através de uma negociação de transição de poder à FRELIMO em 1974, através do acordo de Lusaka¹⁴. Após a ascensão da FRELIMO, Robinson aponta para uma africanização do poder militar português já existente. Ou seja, as instituições de repressão permanecem, bem como a eliminação dos opositores políticos, na tentativa de se impor um modelo consistente de governo e,

... no momento da ascensão da FRELIMO ao poder em um governo transitório em setembro de 1974, ela já era responsável pela prisão de várias pessoas em campos no norte de Moçambique e no sul da Tanzânia. Durante 1975, um número considerável de campos de "reeducação" foram estabelecidos em todo país de Moçambique e tanto os suspeitos de adversários da FRELIMO como outros prisioneiros foram enviados a tais campos por períodos de detenção indefinida e sem acusação nem julgamento. Entre 1975 e 1978, reclusos de campos de "reeducação" relataram que a tortura, os espancamentos e os castigos corporais foram amplamente utilizados, em particular contra suspeitos de adversários da FRELIMO. A tortura e outras formas de maus-tratos também foram relatadas em prisões e centros de detenção em Maputo e outras cidades. (ROBINSON, 2006 apud Amnesty International, 1985)¹⁵

¹³ Tradução livre do original: "Frelimo's intense hostility to traditional hierarchies, and their failure to understand or communicate effectively with rural populations, would alienate many from their political programme, and in some cases turn them into enemies of the regime."

¹⁴ Foi um acordo entre o Estado português e a FRELIMO, entre 5 e 7 de setembro de 1974. Nele foi acordado a transição para um estado independente, com transferência progressiva dos poderes portugueses existentes em Moçambique. Foi estabelecido o cessar fogo naquela semana e o estabelecimento de estruturas governativas de transição: Um Alto Comissário de nomeação do Presidente da República Portuguesa; Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português e uma Comissão Militar Mista nomeada por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.

¹⁵ Tradução livre de "...at the time of the FRELIMO's accession to power in a transitional government in September 1974, it was already responsible for the imprisonment of a number of people at camps in northern Mozambique and southern Tanzania. During 1975, a considerable number of 're-education' camps were established throughout Mozambique and both suspected opponents of the FRELIMO and other prisoners were sent to such camps for periods of indefinite detention without charge or trial. Between 1975 and 1978, inmates of 're-education' camps reported that torture, beatings and corporal punishment were used extensively, in particular against suspected opponents of the FRELIMO. Torture

As pendências políticas do partido tinham características territoriais, com disputas étnicas e políticas, pois era necessário apontar qual a ideologia que iria guiar as ações da FRELIMO: Moçambique deveria manter as estruturas sociais tradicionais ou criar novas relações? É em 1977, após a independência e a consolidação da República Popular de Moçambique, que a Frente adota o marxismo-leninista, tornando-se Frelimo Partido Marxista-Leninista, Partido de Vanguarda da Revolução Moçambicana.

and other forms of ill-treatment were also reported at prisons and detention centres in Maputo and other towns.”

1.3 Projeto político da FRELIMO

O 1º Congresso da FRELIMO (1962) contou com delegados de todas as regiões de Moçambique e estabeleceu os meios para se atingir o fim da opressão colonial política, cultural e social. As medidas adotadas no congresso para execução futura da FRELIMO foram voltadas para o desenvolvimento da mesma, bem como a unidade nacional moçambicana e sua independência, fortalecendo os quadros militares e políticos da Frente; a promoção da alfabetização maciça; promover o desenvolvimento da mulher; a consolidação de organizações sindicais, estudantis e femininas; cooperar com demais organização anti-coloniais, africanas e nacionalistas, obtendo fundos junto das mesmas; propaganda permanente da FRELIMO com mobilização da opinião pública mundial e por fim, realização de campanhas e estreitamento de laços diplomáticos no âmbito internacional.

O projeto político da FRELIMO foi algo legitimado do passado para o futuro, sendo a modernização, um momento essencial para a superação das estruturas coloniais. Assim, se manteve um projeto do “homem novo” moçambicano, que a partir de novas práticas mudaria a sociedade e o modo de agir da população. Isso tratou de fomentar unidade e identificação com a luta nacional, de modo que, refutando o colonialismo e suas práticas menos visíveis seria possível construir uma nova sociedade, com uma nova identidade nacional, a fim de unificar diferentes grupos étnicos e sociais. Para isso foi necessário a compreensão da realidade colonial a ser enfrentada e superada através da luta armada, ressignificando a própria cultura.

Como fonte veicular do programa político da FRELIMO, a publicação 'A Voz da Revolução', que era seu principal periódico em português, voltada para o público de Moçambique e o próprio movimento de libertação, tratando principalmente das questões internas da luta, é uma fonte essencial. Em uma edição especial de 1966 o partido define como essencial o papel da mobilização política nas atividades do partido, apontando que essa além de ser o passo inicial para o engajamento da população, deveria ser uma prática constante levada pelos militantes, que deveriam buscar utilizar-se das diferentes experiências de exploração da população para apontar como saída o apoio e participação nas ações da FRELIMO. Tais ações eram embasadas teoricamente como atos anti-imperialistas e anti-coloniais, caracterizando como as origens de uma exploração comum:

O Imperialismo é o maior inimigo dos povos que querem a liberdade e a paz (...). Esta exploração de outros países pelos capitalistas é que é o imperialismo. O imperialismo é portanto, um capitalismo em grande escala e ao nível internacional. (...) O nosso inimigo directo hoje é o colonialismo. E o colonialismo é um produto do Imperialismo. (FRELIMO, 1966, p.5-7)

O projeto de superação da ideologia opressora constituía na superação da mesma através de novas práticas, constituindo o novo homem e a nova mulher socialistas, uma vez que a superação da exploração pressupunha a superação do sistema capitalista, concebendo uma nova ordem política e social. Para a FRELIMO, tal mudança de realidade seria possível apenas com o fim das estruturas capitalistas, logo com a construção de uma nova ordem política, pautada pelo socialismo.

A construção do nacionalismo e da identidade nacional é algo muito discutido no contexto de construção das nações em África e gera muita divergência teórica, tendo seu debate também problematizado pela própria historiografia de matriz nacionalista no pós-2ª Guerra Mundial (PAREDES, 2014, p.135).

"Tendo em vista o caso africano, a relação é inversa à europeia: o nacionalismo na África é considerado como o promotor da modernização das sociedades (e não seu resultado, como no caso europeu) (...) Assim, as "novas" nações africanas teriam mais um apelo ao futuro a ser construído do que um passado a ser preservado" (PAREDES, 2014, p.139)

Assim como aponta White,

nacionalismo pode tomar uma variedade de formas e pode ser poderoso, mobilizador politicamente e também uma ferramenta de modelação de identidades para pessoas cujo modo de vida foi degradado e controlado pelos outros (2007, p.862)¹⁶

Em especial no caso de Moçambique, para Marçal de Menezes Paredes (2014, p.132) a construção do nacionalismo moçambicano pode ser dividida em três momentos, sendo o primeiro período ainda antes da luta armada; constituição do conflito armado e formação da FRELIMO (1964-1975) e o último logo após o período de independência. No período de luta armada da FRELIMO, vemos um amplo movimento de fortalecimento do nacionalismo frente à luta anti-colonial, de modo que a exploração imperialista e neocolonial, tida como experiência comum em Moçambique, legitimava a luta nacionalista da Frente. Milton Correia (2005) corrobora com isso, apontando que o nacionalismo moçambicano se distinguiu pelo mito e pelo pragmatismo, o primeiro se caracterizaria pela própria definição da Frente como única

¹⁶ Tradução livre do original: "Nationalism can take a variety of forms and can be a powerful, politically mobilizing, and identity-shaping tool for people whose way of life has been demeaned and controlled by others"

entidade resultante da histórica luta anti-colonial¹⁷ e pragmático como um nacionalismo autoritário que se legitima através do imaginário nacional. Ainda, ocorre uma transição do mito ao pragmatismo, ou seja, da construção nacional à modernização autoritária, sendo a constituição do estado-nação uma condição para sua mudança.

O princípio de unidade, essencial na construção da luta e do nacionalismo, se deu pelo controle político da luta através de um partido único, sendo que,

Este ‘centralismo democrático’ é, desde o início, o vector de produção da homogeneidade interna das frentes, protótipos da nação, antes de ser alargado ao país inteiro. (...) Mas esta exigência provinha não somente da necessária unidade na luta, mas de um princípio político, o da qualidade de ‘representante único e legítimo do povo de...’, que estava aglutinado ao movimento reconhecido. (CAHEN, 2005, p.48)

Ou seja, para Michel Cahen esse movimento da ideologia de um partido único, também nega a diversidade política africana, pois esteve orientado pelas elites africanas assimiladas e mestiças que em seu processo de legitimação, estiveram em sua maioria em cargos no aparelho de Estado, sendo também produto das características da colonização portuguesa. Para o autor, isso em parte explica a ascensão e aceitação do marxismo de modelo soviético - com um ideal de nação homogênea, partido e língua único e tendo como centralidade o Estado -, como algo próximo do modelo português. De modo crítico ao projeto da FRELIMO, Cahen (2005, p.51) aponta que “Toda a política dos primeiros anos de independência visará não tanto ‘socializar’ mas enquadrar a população para a modernizar de forma autoritária, para a *nacionalizar*”. Michel Cahen vai denominar o projeto da FRELIMO como um “nacionalismo autoritário”, tido como a única via para a independência e a descolonização, restou a negação da tradição regional, sendo elemento considerado um atraso à modernização, para a unificação política e social da colônia. Logo, o que os autores Michel Cahen e Milton Ribeiro chamam de autoritarismo político da FRELIMO, seria o fato da Frente definir o povo moçambicano e não o contrário, sendo inquestionável seu programa.

Em contraponto às concepções de nacionalismo autoritário e constituição do estado-nação de Michel Cahen (2005), Elísio Macamo (1996) questiona a falta de uma

¹⁷ Ribeiro (2005) exemplifica com um trecho dos documentos do 3º Congresso da FRELIMO e o Relatório do mesmo: “A resistência histórica do nosso Povo à dominação estrangeira inicia-se com as primeiras tentativas colonialistas de conquista e dominação dos Estados soberanos que existiam na nossa Pátria. É na tradição da resistência multissecular que se enraiza o espírito patriótico do nosso Povo, a linha patriótica da FRELIMO. Evocarmos, pois esta dimensão é relembrar uma herança fundamental de que a FRELIMO se tornou a única e legítima herdeira e continuadora”

consciência nacional como um demonstrativo de um autoritarismo da FRELIMO, pois "Ihe devemos recusar o estatuto de nação só porque uma maioria significativa da sua população não partilhava da mesma consciência nacional?" (MACAMO, 1996, p.358). O argumento de autoritarismo e negação étnica também é refutado pelo autor, ao apontar que uma suposta falta de encorajamento das manifestações tradicionais advinda da FRELIMO pode ser explicada simplesmente por uma limitação dos meios disponíveis. Nesse sentido, Paredes (2014, p.148) aponta ainda que Moçambique era uma região lusófona isolada entre colônias anglófonas, logo, a adoção do português como idioma oficial marcaria uma diferença horizontal diante dos países independentes e não uma mera negação dos idiomas tradicionais.

"Portanto, o que muda a problemática toda não é, como afirma Cahen, o facto de à altura da chegada dos portugueses não ter havido consciência nacional no território africano por eles ocupado, mas sim a percepção do sentimento nacional como uma construção voluntarista sujeita a vários factores, sendo o sucesso económico e a coerência entre o Estado e a nação alguns dos mais importantes. Mia Couto, um dos melhores escritores moçambicanos, passe Alfredo Margarido, afirmou uma vez em conversa comigo que a moçambicanidade não é uma essência, mas sim um processo." (MACAMO, 1996, p.360)

Por fim, para Elísio Macamo (1996, p.361), a falha interpretativa de Cahen seria sua tentativa de explicar o fracasso da FRELIMO a partir da negação de seu nacionalismo, sendo essa uma escolha reducionista, pois o nacionalismo tradicionalmente esteve vinculado a princípio aos interesses de classes superiores, assim como a opção por uma língua de unidade nacional é algo convencional e não necessariamente está apagando as demais ou reproduzindo as normas colonizadoras. Por fim, Macamo aponta que "A nação moçambicana existe, como plebiscito diário, como comunidade imaginada, como projecto moderno" (1996, p.364).

2 EMANCIPAÇÃO DA MULHER NA FRELIMO

2.1 “O combate da mulher é um combate da humanidade”¹⁸

Na década de 1960, a participação das mulheres na organização política de Moçambique, precede a própria FRELIMO, datando desde a organização da sociedade civil moçambicana fora da colônia, onde imigrantes nas nações vizinhas constituíram associações e sindicatos, bem como nas redes clandestinas moçambicanas, estabelecendo uma rede de informações do exército colonial para estes movimentos. O período também é caracterizado pelo desenvolvimento de redes de promoção social, como o Movimento de Promoção Social da Mulher Nativa, que mantinha uma ideologia de exclusão pela cor e pelo gênero, reproduzindo padrões de feminilidade e conduta europeus e submissos (CASIMIRO, 2014, p.225). Ainda assim, a maioria das mulheres estava nas áreas rurais, envolvidas com o trabalho nas *machambas*¹⁹ ou o *chibalo*, pois como citamos anteriormente, com a migração em massa dos homens, as mulheres e os mais velhos, tornavam-se quase que completamente responsáveis pela manutenção da casa e da machamba familiar ou do colono. Assim, é possível concluir que a participação política das mulheres sempre foi muito relevante nas ações anti-coloniais e na organização social em Moçambique.

Segundo Isabel Casimiro (2014, p.186) a FRELIMO foi um dos poucos movimentos africanos nacionalistas que defendeu a emancipação da mulher como ação simultânea à luta pela libertação colonial. Desde 1962, grupos de mulheres autonomamente se uniram à Frente, muitas sob influência ou em companhia de familiares ou outras realmente engajadas no programa, pois já no primeiro congresso da FRELIMO (1962), aponta-se para o incentivo e o desenvolvimento sócio-cultural da mulher como medida necessária para a organização do povo: “Promover, por todos os meios, o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana [...] Encorajar e

¹⁸ Fala de Samora Machel em 1973 por ocasião da Primeira Conferência Nacional da Mulher Moçambicana.

¹⁹ “Machamba, do suaíli *mashamba* (sing. *shamba*), identifica genericamente em Moçambique, como em toda a costa suaíli, um terreno de cultivo. Esta terra adquire nomes próprios consoante o grupo etnolinguístico e, dentro deste, a situação da terra, fase de cultivo, tipo de cultura e direitos de propriedade.” <https://edittip.net/2014/02/02/machamba/>

apoiar a formação e consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da juventude e de mulheres.”²⁰

Desse modo, com discursos de igualdade de gênero e fim do colonialismo, a FRELIMO abriu espaço para o engajamento e a criação de entidades femininas. Logo, foi criada em 1962 a primeira organização de mulheres ligada à FRELIMO, chamada Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), como um modo de engajar as mulheres na luta. Os objetivos principais da LIFEMO foram unir as mulheres na luta anticolonial, promover o bem-estar de mulheres e crianças moçambicanas e combater o analfabetismo (SHELDON, 2017). Ainda que com um caráter maternalista, onde a função das mulheres era a “proteção” da comunidade, constituindo-se uma organização mais elitista, tributária de ligas femininas das colônias inglesas, a LIFEMO²¹ teve importância nos primeiros momentos de consolidação da FRELIMO, mas a partir da constituição da luta armada (1964), não acompanhou as novas demandas moçambicanas.

Quando a LIFEMO se constituiu, em que fase se encontrava a FRELIMO, a revolução moçambicana e a mulher? A FRELIMO ainda não tinha estruturas sólidas, a sua linha não estava suficientemente compreendida e assumida, porque ainda não fora posta à prova pela luta. Os seus quadros e direção não estavam suficientemente temperados pela luta, não possuíam experiência. [...] no momento da criação da LIFEMO, o processo revolucionário ainda se encontrava na sua fase inicial [...] Por consequência, para a LIFEMO, falar de emancipação da mulher era apenas um exercício verbal, vazio, uma imitação do que se fazia no mundo, uma moda superficial. Assim era porque nesse momento a mulher em geral não aparecia engajada na luta. (MACHEL, 1977, s/p)

Essa ineficiência da LIFEMO em criar condições para o engajamento das mulheres se deve em parte às limitações das organizadoras - esposas dos dirigentes - que não realizavam trabalho interno de conscientização e mobilização com as mulheres, mas também, às instituições da FRELIMO que não estavam bem consolidadas. Ao contrário do que afirma Samora Machel, as mulheres já estavam sim engajadas na luta pela libertação, seja como difusoras e mobilizadoras da luta de libertação ou como

²⁰ Documents of the first Congress of FRELIMO (1962) In: University of Southern California, Boeckmann Center for Iberian & Latin American Studies.

²¹ Em 1966, ocorreu o seu Primeiro Congresso, realizado na Tanzânia. Representando a Liga Feminina de Moçambique, no discurso de abertura Selina Simango, Presidente da LIFEMO, referiu-se a participação da mulher moçambicana na luta armada, dizendo: "Neste mesmo momento em que estou a falar, centenas de mulheres em Moçambique enfrentam com armas na mão o inimigo ou defendem as populações. Algumas delas já deram as suas vidas em batalhas violentas. Muitas mais farão o mesmo. Por isto, nós podemos ver que a mulher moçambicana está a dar a sua completa participação na luta, de libertação de Moçambique" Frelimo, opening speech by the President of LIFEMO, Mrs. Selina Simango, Information bulettin. vol. 2, June- July, 1966:5

militantes e combatentes da FRELIMO desde 1962 (CASIMIRO, 2014, p.226).

Segundo Isabel Casimiro, esta organização era em sua maioria composta por moçambicanas mais urbanizadas, sem implantação no interior de Moçambique nas zonas libertadas com mulheres de diferentes realidades étnicas e sociais, assim como aponta Paulina Mateus N’Kunda, militante da FRELIMO e comandante do Destacamento Feminino em Manica:

Quando os dirigentes da Frente de Libertação vieram a Moçambique e viram o trabalho da mulher no interior, voltaram e falaram com as mulheres da Lifemo para trabalhar com esse grupo de mulheres. A direção deixou de apoiar a Lifemo porque elas nunca aceitaram a ideia de fazer ligação com outras mulheres e desenvolver um trabalho sério e, por isso, fracassaram. Quando a Lifemo fracassou, as mulheres do Destacamento Feminino continuaram a trabalhar como Comissárias Políticas e nos infantários. (MUSSANHANE, 2012, p.645)

A organização que sucedeu a LIFEMO quanto à participação das mulheres foi o Destacamento Feminino,

constituído por mulheres guerrilheiras, nasceu, ao contrário do que refere a informação oficial, por solicitação das mulheres, confrontadas pela necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo colonialismo. Foi em 1965, um ano após o início da luta armada, que um grupo de mulheres solicitou treino militar à direção do movimento, para poder garantir a defesa das populações (...). (CASIMIRO, 2014, p.228)

Desse modo, o primeiro grupo de mulheres de Cabo Delgado e Niassa a ser treinado militarmente, foi em 1967 na Tanzânia, marcando o início da participação completa das mulheres na luta armada. Optar pelo engajamento militar naquele contexto também era um modo de obter segurança, uma vez que as mulheres eram responsáveis pelas famílias.

É evidente que a participação das mulheres nas ações e políticas da FRELIMO ocorreu em diferentes níveis de atuação: engajamento no fortalecimento cultural e econômico, buscando mobilizar e informar as pessoas, bem como auxiliar na alimentação da FRELIMO; busca de engajamento da população, encorajando homens e mulheres a colaborarem com a FRELIMO e por último, a sua instrumentalização militar e política para a luta de libertação, atuando na manutenção de áreas liberadas e ações de guerrilha. No início da luta armada, as mulheres tiveram funções importantes ligadas ao apoio tático da FRELIMO. Como foi dito, foram elas: mobilizar novos militantes; engajamento na espionagem; transportar armamento em locais perigosos; coletar e

transportar alimentos para os guerrilheiros e manter as redes de trabalho nas zonas libertadas.²²

Ainda assim, as mulheres sofreram muita discriminação de gênero ao atuarem na FRELIMO com papéis tradicionalmente masculinos, como relata uma militante do Destacamento Feminino:

Quando nós, mulheres começamos a trabalhar, houve uma forte oposição à nossa participação. Porque isso era contra nossa tradição. Então, nós começamos uma grande campanha explicando porque nós também devíamos lutar; a guerra da FRELIMO é uma guerra do povo em que todas as pessoas devem participar, e que nós mulheres somos mais oprimidas que os homens e que, por isso, temos o direito, a vontade e a força para lutar. Nós insistimos em ter nosso treinamento militar e que nos dêem armas.” (LSM, 1974, p.11)²³

²² Nesse sentido deve-se salientar que a atuação política das mulheres não se restringia às ações da FRELIMO, sendo possível apontar o caso de 300 mulheres macondes e seus filhos, que em 20 de novembro de 1972, realizaram um protesto junto da Administração do Conselho dos Macondes em Mueda, Cabo Delgado. Elas protestavam contra as prisões constantes da Direção Geral de Segurança (DGS) – polícia política colonial sucessora da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) – na vila de Mueda. Reivindicavam providências, argumentando que parte dos presos não estavam envolvidos em ‘atos terroristas’ e que, já não havia mais homens disponíveis para as machambas, afirmaram inclusive que não voltariam a trabalhar nas mesmas. Fonte: Direção-Geral de Arquivos, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Pastas de Moçambique, PT/TT/PIDE/D-F/001/00013

²³ Tradução livre do original: “When we girls started to work there was strong opposition to our participation. Because that was against our tradition. We then started a big campaign explaining why we also had to fight, that the FRELIMO war is a people’s war in which the whole people must participate, that we women were even more oppressed than men and that we therefore had the right as well as the Will and the strength to fight. We insisted on our having military training and being given weapons” (LSM, 1972, p.11)

2.2 O Destacamento Feminino

Quanto ao surgimento do Destacamento Feminino, Isabel Casimiro (2015, p.60) aponta que ao contrário do divulgado nas fontes oficiais²⁴, ele surge devido à própria solicitação das mulheres da FRELIMO em 1965, logo após o início da luta armada, quando elas solicitam treinamento militar para sua defesa e proteção das comunidades. De qualquer maneira, foi oficializado em 1966 o Destacamento Feminino e em 1967 o primeiro grupo de mulheres, que contava com 25 jovens em sua maioria analfabetas, foi treinado.

Ainda que, conquistando o espaço de luta e o status de guerrilheiras assim como os homens, as mulheres tiveram muitas dificuldades, pois parte dos homens não aceitava a participação das mulheres, alegando que não seriam capazes de treinar e seriam um perigo para a continuidade da luta, pois poderiam despertar sentimentos nas tropas. Sobre isso, a militante Marina Pachinuapa²⁵, uma das fundadoras do Destacamento Feminino, aponta que,

Foi uma guerra muito difícil. Alguns homens nunca aceitaram a nossa presença e participação na luta. Algumas mulheres diziam que nós, as meninas que decidimos lutar pela libertação da pátria, éramos aventureiras e de conduta duvidosa. Mulheres de má vida.²⁶

Ou seja, as mulheres que passam a exercer posições que não são socialmente caracterizadas como femininas têm de enfrentar o desafio de serem julgadas e condenadas pela sua conduta sexual, pois elas estão indo contra o que lhes é imposto como o seu lugar na sociedade patriarcal. Além desse peso, também estão escolhendo não serem apenas reprodutoras e produtoras e adentrando em um espaço sagrado, reservado aos homens (CASIMIRO, 2014, p.229). Além disso, as mulheres militantes da FRELIMO sofriam com uma jornada de trabalho dupla, tendo de conciliar suas atividades da divisão sexual do trabalho, como as lidas domésticas, com as bélicas, inclusive nos destacamentos militares, sendo responsáveis pela alimentação e cuidado dos demais.

A pesquisadora Aaronette M. White (2007) aponta que, as instituições e as forças militares não são neutras quanto ao gênero. O militarismo como ideologia

²⁴ Estas apontam a criação do Destacamento como uma resolução da Sessão do Comitê Central de outubro de 1966.

²⁵ Ver biografia nos anexos.

²⁶ Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/02/45-anos-do-destacamento-feminino-sonho-da-mulher-est%C3%A1-a-concretizar-se.html

constrói violência nos termos de ideais masculinos, como a coragem e a virilidade, assim como o combatente responde ao estereótipo de atitudes hipermasculinizadas. E em contextos de guerra, para que as mulheres sejam respeitadas devem responder às características masculinas e, assim como podem se reafirmar por novas identidades femininas na guerra, as mesmas possivelmente podem ser desacreditadas na sua participação nas guerras anti-coloniais, pois as forças patriarcais da instituição permanecem as mesmas. Segundo White, a demanda de direitos iguais para portar armas – como o relato ressalta – é uma interpretação militarista pela qual os direitos iguais independente de gênero, marginalizaram as mulheres após a guerra. Nesse sentido, uma comandante da FRELIMO declara:

Enquanto muitas guerrilhas masculinas aceitam o fato de as mulheres terem o direito de lutar, como donas de casa nossos maridos continuam nos tratando como se eles ainda fossem “chefes tradicionais homens”... Ainda é esperado de nós mulheres que, peguemos água, limpemos a casa, preparar a janta e cuidar das crianças assim como lutar pela nação... Em geral, eles não fazem qualquer coisa em casa e nós não pedimos que eles façam algo. (apud ISAACMAN & ISAACMAN, 1984, p.168)

É possível concluir que as visões de igualdade de gênero na guerra, competem com o patriarcado popular do “estado tradicional” do Estado e das comunidades, de modo que as mulheres são convidadas a voltar para suas antigas posições como donas de casa, enquanto os homens após as independências retornam às suas casas como heróis. Ainda assim, as mudanças ocorridas no seio da luta de libertação nacional, como usar calças, combater junto com os homens e participar de círculos sociais além dos tradicionais de parentesco, trouxeram uma nova dimensão ao papel da mulher, na medida em que limitaram o controle que os homens exerciam sobre as atividades realizadas pelas mulheres.

Na medida em que o Destacamento Feminino foi aumentando seus quadros e se estabelecendo em todos os fronts as mulheres passaram a questionar a desigualdade de competências e a diferença do poder político entre elas e os homens (CASIMIRO, 2015, p.62). Com o avanço da luta da FRELIMO, o Destacamento cumpriu com seus objetivos e mostrou atender às demandas de mobilização e luta com as mulheres das zonas libertadas. Também surgiu a demanda de criação de uma organização feminina mais abrangente, que englobasse tanto as mulheres das zonas rurais quanto urbanas e estivesse ligada ao Destacamento. É criada então em 1973 a Organização da Mulher Moçambicana.

2.3 A Organização da Mulher Moçambicana (OMM)

Entre 4 a 16 de março de 1973 ocorreu a Primeira Conferência Nacional da Mulher Moçambicana, contando com mais de oitenta delegadas engajadas em diferentes atividades de libertação da FRELIMO, como trabalhadoras de escolas, hospitais, infantários e principalmente guerrilheiras do DF. O principal objetivo da criação de um grupo como a Organização da Mulher Moçambicana, pois era perceptível que muitas militantes trabalhavam fora do Destacamento Feminino e não pertenciam à estrutura da FRELIMO, sendo então necessária a criação de uma frente ampla, capaz de organizar e unir mulheres jovens e adultas, solteiras ou casadas e com atuações diversas.

Segundo os documentos publicados após a Conferência²⁷, os temas desta foram os seguintes: informes de atividades; análise e descrição da posição das mulheres moçambicanas na sociedade tradicional e colonial, bem como a situação presente; envolvimento das mulheres no processo revolucionário, dando atenção aos obstáculos e contradições de seu engajamento, definição de metas, estratégias e as tarefas da OMM na FRELIMO.

Quanto às condições das mulheres, na Conferência foi apontada a existência de um fator psicológico de inferioridade que as afetava cotidianamente, tendo as origens desse fenômeno no sistema de educação da sociedade tradicional e no sistema colonial. Um dos meios de opressão da chamada “sociedade tradicional” seria a manutenção dos ritos de iniciação com as meninas em diferentes locais e fases da vida, introduzindo em suas mentes, valores de submissão e papéis de mulheres reprodutoras. Outras práticas que corroboram com esse sistema seriam o *lobolo*²⁸, a poligamia e os casamentos prematuros. Isso é tido como reacionário, pois aliena a mulher, confinando-a ao lar, à produção agrícola e os cuidados com a família, não podendo se engajar politicamente.

²⁷ The Mozambican Woman in the Revolution (1977) da coleção Liberation Support Movement.

²⁸ *Lobolo* ou *Lovolo*, na língua changana, é a prática de transação monetária ou de riquezas entre as famílias envolvidas em um casamento, seria o “valor pago pela mulher”. Brigitte Bagnol (2008) aponta que a FRELIMO se posicionou contra essa prática, pois a considerava um modo de comprar ou herdar a mulher, como uma propriedade e fonte de riqueza. Assim “em 1978, o projecto de Lei da Família, capítulo I, artigo 4, sobre a consensualidade, define: ‘O casamento não é um negócio e não se destina a obter em troca qualquer vantagem material para os cônjuges ou seus familiares. O Estado combate, em particular, a entrega de quaisquer valores ou bens a título de *lovolo*, gratificação, anelamento ou indemnização.’ Porém, apesar da agenda política da FRELIMO e de acordo com estudos realizados na década de 80 do século XX, a prática do *lovolo* manteve-se nas zonas rurais e urbanas” (BAGNOL, 2008, p.254)

A forte oposição frelimista à tradição está relacionada com um projeto político de modernização socialista que ao visar à superação colonial, negava os aspectos culturais que destoavam do socialismo internacional e as barreiras que este deveria superar. Signe Arnfred caracteriza isso como uma compreensão rasa das relações de gênero, apontando através de entrevistas e estudos realizados, que isso refundaria e reinventaria a concepção de família, reafirmando a família nuclear monogâmica, logo, promovendo a patrilinearidade, ainda que de modo não explícito (ARNFRED, 2011, p.971).

Como obstáculo ao engajamento das mulheres, a Conferência também analisa a exclusão delas do acesso aos direitos políticos, apontando que, não se deve incompreender o movimento de libertação das mulheres em Moçambique como algo realizado nos moldes dos países capitalistas, pois,

Esses movimentos dirigem sua luta contra os homens, tornando-os seu alvo e aconselhando-os a serem responsáveis por sua opressão e exploração. A conferência apontou que os trabalhadores são eles próprios explorados e oprimidos nessas sociedades, bem como mulheres, e que quaisquer idéias reacionárias que possam ter sobre as mulheres tenham sido inculcadas nelas pelo sistema sob o qual vivem. É contra o sistema, isto é, contra os aspectos negativos da tradição e contra o colonialismo e o imperialismo, que as moçambicanas devem dirigir sua luta. (LSM, 1977, p.20)²⁹

Assim, de acordo com o relato da Conferência, para as mulheres moçambicanas a libertação da mulher era inseparável dos homens, pois possuíam inimigos em comum e que, portanto a participação das mulheres na mudança social deveria estar de acordo com o suporte da FRELIMO, “capaz de dar uma orientação correta às mulheres e definir suas tarefas” (LSM, 1977, p.21)³⁰. O movimento feminista internacional também via isso como uma demanda, pois além de ser um movimento social, seria um movimento civilizacional e transformador, ao trazer princípios que questionam não só as necessidades particulares de um grupo, ou apenas os “desejos das mulheres”, mas também, a relação da sociedade toda com o espaço, o trabalho, a cultura, o prazer, etc., e a busca de um modo de transformação da realidade.

²⁹ Tradução livre do original: “these movements direct their fight against men, making them their target and accsing them of being responsible for their oppression and explotation. The conference pointed out that working men are themselves exploited and oppressed in those societies, as well as women, and that whatever reactionary ideas they may have about women have been instilled in them by the system under which they live. It is against the system, that is, against the negative aspects of tradition and against colonialism and imperialism, that Mozambican women must direct their struggle”

³⁰ Tradução livre do original: “capable of giving a correct orientation to women and defining their tasks”.

Um documento que também é essencial para debater a visão de emancipação da mulher da FRELIMO é a compilação de um discurso do presidente Samora Machel chamado “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução e uma garantia de sua continuidade e condição de seu triunfo”. O documento é resultado de sua fala de abertura da Conferência, sendo posteriormente compilado pelo Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO em 1974 e se tornou um dos grandes exemplos do pensamento frelimista com relação às mulheres. Seu discurso de abertura se divide em três momentos que buscam situar a condição da mulher em Moçambique: a revolução e a emancipação da mulher; os fundamentos da alienação da mulher e questões estratégicas e táticas.

Para o presidente, a exploração feminina era resultado do colonialismo, de modo que,

A revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que reconcilia com o trabalho com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. De uma maneira geral, no seio da sociedade, ela aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono. (MACHEL, 1973, s/p)

Ou seja, o problema a ser superado não era a opressão entre homem e mulher, mas sim, explorados e exploradores. O papel da libertação da mulher mostrava-se essencial à construção de uma sociedade nova, pois, Samora questionava,

Como fazer do lar do explorado, do oprimido, uma célula do combate revolucionário, um centro difusor da nossa linha, um estímulo para o engajamento da família, quando a mulher permanece apática a este processo, indiferente à sociedade que está sendo criada e surda ao apelo do Povo? (MACHEL, 1973, s/p)

Ou seja, ainda que participando da luta armada e renunciando muitos estereótipos de gênero, as mulheres são representadas como as "mães da revolução", responsáveis pela educação das crianças e principalmente da população em geral, pois as mulheres são as que devem ter 'cuidado' com os outros e apontar o bom exemplo à sociedade. Isso é pautado por estereótipos de feminilidade impostos às mulheres, como reafirma Samora: “Como poderemos assegurar a formação revolucionária das gerações de continuadores, se a mãe, primeira educadora, se encontra à margem do processo revolucionário?”

Logo, uma mulher que renuncie essas tarefas impostas, é uma mulher de má vida, atuando contra a unidade, uma vez que para a emancipação da mulher

moçambicana, essa precisa seguir as orientações da FRELIMO, pois a Frente é que determina o caminho de libertação a ser seguido.

A moral revolucionária da FRELIMO demonizava também a sexualidade das mulheres, vendo-as com devassidão, o que leva no período pós-independência, à criação de campos de trabalho e re-educação para mulheres prostitutas. O padrão generalizante das relações de gênero é incorporado e compreende-se que a subordinação da mulher é universal. A luta pela emancipação das mulheres na verdade é vista pela FRELIMO como uma luta conjunta com os homens para destruir o colonialismo e imperialismo, pois a visão que o homem tem das mulheres lhe foi “implantada” pelo Ocidente e ele também precisa se libertar.

Há quem conceba a emancipação como uma igualdade mecânica entre o homem e a mulher. Esta concepção vulgar manifesta-se muitas vezes no nosso seio. A emancipação seria então a mulher e o homem fazerem exatamente as mesmas coisas, dividirem mecanicamente as tarefas no lar. “Se hoje lavei os pratos, amanhã lavarás tu, quer estejas ou não ocupado, quer tenhas ou não tempo”. Se na FRELIMO ainda não há mulheres tratoristas ou motoristas é necessário imediatamente que haja, sem ter em conta as condições objetivas e subjetivas. A emancipação concebida mecanicamente leva, como vemos por exemplo nos países capitalistas, a reclamações e atitudes que deturpam inteiramente o sentido da emancipação da mulher. A mulher emancipada é a que bebe, é a que fuma, é a que usa calças e mini saias, a que se dedica à promiscuidade sexual, a que recusa ter filhos, etc. (...) Todas estas concepções são erradas e superficiais. Nenhuma delas atinge o coração da contradição nem propõe uma linha que verdadeiramente emancipe a mulher. (MACHEL, 1973, s/p)

Isso se reflete como uma crítica ao movimento feminista internacional e suas demandas de liberdade sexual e direito sobre o corpo. Logo, o imperativo não seria responder de fato às pendências das mulheres, mas sim, mantê-las no projeto político da FRELIMO, pois ainda que o discurso hegemônico apoiasse uma luta de emancipação feminina, essa ocorria de acordo com as demandas do movimento nacionalista.

De encontro ao que foi defendido e generalizado por Samora Machel como uma falsa compreensão da liberdade, expressa em uma conduta fácil das mulheres, existe uma resposta a uma carta da redação da Revista Tempo (nº247), chamada “O Amor em Discussão”. Ela foi escrita por cinco estudantes moçambicanas e rebate a carta “Beijo Fácil” do leitor Luciano Sambane, que aponta a liberdade das mulheres como uma que enfraqueceria a revolução, ilustrando:

Camarada Sambane, nós somos mulheres de Moçambique, que lutam também pela emancipação (...). Para acabar com esses males do colonialismo, é preciso ajudar essas crianças e também cada um ajudar as

prostitutas a integrarem-se na Produção. É preciso não fazer 'racismo' contra essas pobres mulheres, que foram vítimas do colonialismo e acolhê-las, tanto nos empregos (...) e em toda a parte, para assegurar a sua integração na nossa revolução (...). O Camarada Sambane confunde as coisas e acusa as raparigas mais livres, de serem depravadas e de enfraquecer a revolução. Camarada, nós também não somos depravadas nem prostitutas, mas sim pessoas felizes e equilibradas. (TEMPO, 1975, p.18)

Podemos concluir então, que de fato, existia uma compreensão de que as mulheres livres, que tomavam suas próprias decisões em detrimento da FRELIMO, eram consideradas “de má vida” e que ainda que militando na Frente, estas deviam ter uma conduta de submissas e aceitar os limites impostos.

O discurso frelimista considerava a família como a célula-base da sociedade, onde se constroem os valores da “civilização”. Em contrapartida, a FRELIMO ambicionava uma modernização da sociedade, ultrapassando as “tradições locais”. Esse projeto também implicava em desorganizar as estruturas familiares com tradição de poder da mulher, em benefício de um projeto nacional, que unificasse as diferentes realidades. A pesquisadora Signe Arnfred (2011, p.971) aponta que o projeto socialista e a modernização seriam inconciliáveis com o poder feminino, pois a ambicionada “sociedade de novo tipo” seria uma em que o poder masculino representaria a modernidade, o progresso e os meios não ocidentais e não patrilineares representariam o atraso e as tradições seriam responsáveis pela:

opressão moral, com o obscurantismo, a superstição, a ignorância, destinados a destruir o espírito de iniciativa criadora, liquidar o sentido de justiça e crítica, reduzir a pessoa à passividade, à aceitação do estado de explorado e oprimido como coisa normal. Dentro do processo surge então a humilhação e o desprezo, porque aquele que explora e oprime tem tendência a humilhar e desprezar a vítima considerá-la como naturalmente inferior. Aparece o racismo, forma suprema da humilhação e do desprezo mecanismo da alienação da mulher é idêntico ao mecanismo da alienação do homem colonizado na sociedade colonial, ou do trabalhador na sociedade capitalista. (MACHEL, 1973, s/p)

Assim como na réplica das estudantes à carta do leitor publicada na revista Tempo, Machel também se utiliza do termo "racismo" para caracterizar a opressão à mulher. O uso desse conceito nos remete à concepção de que a opressão da mulher é resultante das ações e intervenções coloniais, pois segundo a FRELIMO a dominação colonialista traz os elementos de divisão e segregação alienando o povo, principalmente pelo racismo. No caso, estes relatos apontam que o desprezo pela mulher é resultante da alienação do homem na sociedade colonial, que busca se reafirmar deslegitimando as mulheres e suas demandas.

3 “NÃO FOI SÓ O HOMEM QUE LIBERTOU MOÇAMBIQUE”: VOZES FEMININAS DA REVOLUÇÃO

Segundo Aaronette M. White (2007), o status legal de minorias das mulheres na África está ligado à sua falta de independência no acesso a terra, habitação e trabalho assalariado, logo seu acesso às suas demandas específicas de gênero é dificultado pela falta de expressão em espaços públicos e sua exclusão nos programas das organizações revolucionárias. Afinal, o processo de colonização foi um marco na diminuição do status de poder das mulheres africanas frente a um processo de construção de nacionalismos que, de modo complexo materializou uma fusão do poder masculino e europeu, marginalizando as mulheres e permitindo um resgate de um status imaginário da dominação pré-colonial, onde homens africanos tinham controle sobre a terra e as mulheres, sem interferência de homens europeus (WHITE, 2007, p. 862). De acordo com a autora,

As identidades masculinas são fundamentais para as guerras de libertação, moldando o grau de compromisso com a igualdade de gênero, bem como a educação política específica de gênero durante a mobilização pré-guerra, a própria guerra de libertação e as relações de gênero pós-guerra. (WHITE, 2007, p.863)³¹

De modo que, no bojo do movimento de libertação nacional em Moçambique isso se encontra refletido na constituição das identidades femininas enquadradas no movimento nacionalista, onde a legitimidade da mulher estava pautada pelo discurso político. Essa identidade feminina esteve ligada a uma noção de alteridade de consciência entre ‘povo’, como contraposição ao ‘inimigo’, de modo que sua representação esteve dependente das necessidades frelimistas, como o combate ao colonialismo (CASIMIRO, p.188). O discurso hegemônico da FRELIMO possibilitava o engajamento e envolvimento das mulheres, mas de fato elas se sentiam incluídas?

Para responder a isso, buscamos a partir dos referenciais teóricos de White (2007) e Casimiro (2005) trazer testemunhos e relatos de mulheres militantes da FRELIMO no período da luta armada, para que de fato, através de suas experiências

³¹ Tradução livre do original: “masculine identities are central to liberation wars, shaping the degree of commitment to gender equity as well as gender-specific political education during prewar mobilization, the liberation war itself, and postwar gender relations.”

possamos comparar o discurso de emancipação da mulher da FRELIMO e a prática vivida pelas mesmas. Os relatos analisados estão compilados e disponíveis na publicação de Ana Bouene Mussanhane (2012), são eles: Juliana Miguel Ntumbate; Juvenália Abiatar Muthemba; Lina Júlia Francisco Magaia; Maria da Luz Daí Ghebuza; Maria de Fátima Muanza Pelembe; Marina Pachinuapa; Paulina Mateus N'kunda; Teresa Amule; Teresa António Chaibo Anaiva³². Inicialmente nos parece ser importante entender o porquê as mulheres decidiram se engajar nas ações da FRELIMO, pois como Casimiro aponta, os motivos foram diversos, mas existia algum sentimento nacionalista em comum? Para entender isso, buscaremos trazer as respostas das próprias militantes.

A militante Paulina Mateus N'gunda relata que ainda jovem, teve como incentivo para seu engajamento, a morte de seu pai, que orientou seus companheiros de luta à necessidade de aliciá-la para que continuasse seu trabalho pró-FRELIMO. Maria da Luz também relata que não passou aos treinos por desejo próprio, mas que lá esteve por influência de seu pai, que perseguido, fugiu com a família para a Tanzânia:

Seguimos para o Centro de Preparação Político-Militar de Nachingwea, onde fomos submetidos a treinos. Para nós foi um choque. Logo que fomos recebidos, distribuíram-nos fardamento e botas. Mas a pouco ambientámo-nos (...). Os treinos duraram 45 dias. (MUSSANHANE, 2012, p.545)

Maria de Fátima também não se mobilizou na Frente por iniciativa própria, uma vez que seu maior desejo era continuar seus estudos, e foi levada a Tanzânia pela irmã, já militante: "Quando cheguei ao centro disseram-me que isso de meninagem tinha acabado e trouxeram fardamento para eu envergar. Chorei porque o meu desejo era estudar" (MUSSANHANE, 2012, p.552).

A militante Teresa António Chaibo Anaiva, também fez parte do primeiro grupo de mulheres do Destacamento Feminino a ser treinado e teve contato com a FRELIMO quando se encontrava em Maniamba e em meio a um combate entre a tropa portuguesa e a Frente, os combatentes realizaram a transferência da população para outra região, protegendo-os. É quando se vê interessada nas atividades da Frente e já no Destacamento Feminino, participa de inúmeros combates e colabora nas missões de mobilização da população.

Teresa Amule relata o surgimento de seu interesse pela luta de libertação nacional:

³² Ver biografias no apêndice.

Começamos a ouvir dizer que havia pessoas que tinham sido levadas. Certo dia apareceram carros que nos levaram para um determinado sítio onde ficamos concentrados e controlados pelos portugueses. Controlavam-nos nas machambas e no poço. Só que apareceram guerrilheiros da FRELIMO vestidos à civil que nos diziam que voltariam para nos virem buscar (...). Saímos e caminhamos com os guerrilheiros durante a noite por uma distância muito longa e dormimos no mato (...) continuaram com a mobilização para não voltarmos, explicando porque é que estavam a lutar; que a guerra não era só para homens, mas também para mulheres (...) Éramos cerca de 20 voluntários (homens e mulheres). Fomos até a base e lá explicaram o que era a luta, aprendemos canções revolucionárias e nós também já conseguíamos mobilizar os outros e ensinar o que deviam fazer em caso de ataque (MUSSANHANE, 2012, p.724-725)

Os relatos apontam para um engajamento por motivações diferentes, mas o evidente é que isso além de uma ferramenta de defesa, também era utilizado como proteção à família e um modo de construir uma trajetória própria, como relata Marina Pachinuapa,

Mandaram alguém para a casa dos meus pais vestido à civil para explicar o que era a FRELIMO, a libertação do país e que precisavam de meninas para ir à guerra libertar o país; disseram que era preciso trabalhar com a FRELIMO. Procuramos saber que tipo de trabalho se referiam. Falaram-nos da mobilização da população, explicando o que era a guerra e porque a FRELIMO pegou em armas; que não estávamos contra o branco mas sim contra o governo; que era preciso falar do massacre de Mueda, explicando que nós moçambicanos quisemos conversar com o governo português e eles não aceitaram, por isso optamos pela guerra (...). Portanto, a população devia entender contra quem estávamos a lutar (...) Falei com meus pais e disse que, pela primeira vez, as mulheres iriam ficar ao lado dos homens; pela primeira vez, as meninas iriam viver numa base. Sabíamos que as pessoas iriam pensar que éramos de má vida, mas nós decidimos que íamos lutar para libertar o país (MUSSANHANE, 2012, p.574-575)

White (2007) aponta que esse processo de preconceito e segregação com as mulheres engajadas na luta militar advém de processos nacionalistas que privilegiam a luta anti-colonial pela emancipação do africano como homem e que, a necessidade de se ocupar espaços hegemonicamente masculinos, sem mudar sua estrutura, contribui para a exclusão das mulheres e a não-percepção delas como guerrilheiras. Ou seja, os direitos iguais de luta, não garantem a mesma valorização para as atividades das mulheres frente aos homens, pois elas têm de provar que são capazes a cada situação vivida.

Nesse sentido, Paulina Mateus N'gunda aponta para algo pitoresco que ocorria no seio da própria FRELIMO entre 1964 e 1966, quando as mulheres já treinavam no Destacamento Feminino, mas isso era segredo. Segundo ela, para muitos camaradas, os opositores não poderiam saber que havia mulheres armadas na Frente e que, portanto, "tínhamos que ostentar nomes masculinos, usávamos calças grandes e casacos grandes (...) para não serem reconhecidas como mulheres" (MUSSANHANE, 2012, p.640). É

possível que esse relato explique em parte as discrepâncias quanto ao surgimento do Destacamento Feminino, que em 1967 enviou oficialmente o primeiro grupo de mulheres para o treino político-militar, além de apontar para a dificuldade de aceitação das mulheres como guerrilheiras por membros da Frente.

Pela parte da direção da Frente, alguns discordavam com a presença das mulheres com a arma na mão na luta contra o colonialismo. Diziam que entrava em contradição com a nossa tradição em Moçambique, porque para eles o lugar da mulher era a cozinha (MUSSANHANE, 2012, p.640-641).

Esse relato vai de encontro às considerações de White, que como já citado, aponta que para as mulheres serem aceitas em espaços hegemonicamente masculinos, precisam se masculinizar em termos de sociabilidade e cultura. Ainda assim, não foi apenas a militarização e a violência que trouxeram destaque para as mulheres, pois assim como aponta Paulina, as práticas cotidianas traziam igualdade de situações que poderiam proporcionar um falso sentimento de equidade.

Paulina Mateos, ex-comandante da guerrilha da FRELIMO, observa que sua capacidade de sobreviver aos duros elementos da vida no campo militar e participar juntamente com os homens na luta coletiva contribuiu para o seu senso de agência e dignidade como mulher soldada: ‘Nós sofremos fome e sede e calor como os homens sofreram, e aprendemos a lidar com todos os tipos de armas. . . às vezes até superamos os homens. . . Então, eu não sinto mais que existem diferenças entre os homens e eu desde que lutamos lado a lado. Nós marchamos juntos, organizamos emboscadas juntas, sofremos derrotas juntos, bem como as alegrias da vitória’ (WHITE, 2007 apud Isaacman and Isaacman 1984, 161, 164, 165)³³

Quanto a esse pertencimento resultado de situações de tratamento de resistência igualitário a diferentes sexos, isso vai de encontro ao pensamento de que as mulheres não seriam capazes de exercer todas as atividades militares, pois eram “frágeis”, logo, a guerra era um espaço masculino. Com relação à construção de uma unidade entre diferentes militantes, isso também ocorria com a relação étnica, uma vez que a FRELIMO era contra o “tribalismo”, buscando fortalecer os laços nacionalistas. Nesse sentido, Juliana Miguel Ntumbate declarou:

Mulheres e homens, tínhamos o mesmo coração: ali cada um chamava primo, irmão,tio, fosse de que região fosse; não havia macua, maconde, da Gaza, da Inhambane, de Sofala, não havia essa diferença. Qualquer comida que

³³ Tradução livre do original: “Paulina Mateos, a former FRELIMO guerrilla commander, notes that her ability to survive the harsh elements of military camp life and participating alongside men in collective struggle contributed to her sense of agency and dignity as a woman soldier: ‘We suffered hunger and thirst and heat as the men did, and we learned to handle all kinds of arms . . . sometimes we even surpassed the men. . . So, I no longer feel that differences exist between men and myself since we fought side by side. We marched together, organized ambushes together, we suffered defeats together as well as the joys of victory’”

conseguíssemos, comíamos todos. A guerra ensinou-nos muita coisa e sofremos muito também. Aprendi muito na FRELIMO que o homem é igual à mulher, que a mulher pode falar com os homens sem problemas. (MUSSANHANE, 2012, p.478-480)

Ainda que com status de igualdade nas atividades da guerra, a mesma trazia a divisão sexual do trabalho, pois as mulheres continuavam sendo as responsáveis pela preparação da comida, lavagem das roupas e cuidado das crianças. Elas também mantinham seu status de mulheres como produtoras frente aos demais, como aponta a declaração de Lina Júlia sobre seu encontro com Samora Machel:

Samora perguntou: “Lina, se uma mulher moçambicana se casa com um estrangeiro continua moçambicana?” Eu respondi que sim. Ele disse: “Não, porque as mulheres são fracas, podem vender o segredo do Estado”. (MUSSANHANE, 2012, p.541)

Aponta a autora Isabel Casimiro (2004) que boa parte das mulheres envolvidas na FRELIMO provinha de locais com predominância de Missões religiosas, pois a maioria das mulheres nas áreas rurais estava limitada às ações católicas ou protestantes e à produção agrícola. Essa tese, de fato é comprovada pelos relatos que estudamos. Destes nove relatos, sete registram a passagem das mulheres pelas missões católicas. Esse envolvimento religioso era algo a ser superado na Frente, como relata Maria de Fátima:

No segundo mês de treino, o camarada Samora Machel apareceu no campo de treinos e já tinha a informação da chegada de uma menina que não queria treinar, mas acabou aceitando, só que não queria tirar o terço do pescoço. Ele falou comigo e disse: 'Olha menina, não é por mal, todos seguimos uma religião, mas a actividade que estamos a exercer agora não permite que nos dediquemos, por isso não dá continuar com o terço porque isso só vai te atrapalhar'. Depois da explicação eu tirei o terço, entreguei-lho, nunca mais me devolveu e ficou por aí. (MUSSANHANE, 2012, p.553)

Isso vai de encontro ao que já foi apontado quanto à modernização autoritária da FRELIMO, que ao ambicionar uma unidade de fortalecimento à sua luta nacionalista, limitava seu projeto político devido à falta de análise dos limites e das contradições existentes em Moçambique e que, não são superados com a independência. Ainda,

(...) a FRELIMO não conseguiu avançar para além dos quadros teóricos instituídos ao nível do nacionalismo, do marxismo e das teorias da modernização. Faltou a análise das identidades femininas e masculinas, em transformação; a conceptualização dos diferentes grupos de mulheres e, em especial, da mulher camponesa; bem como das questões relacionadas com o impacto do colonialismo na vida de mulheres e homens; com a economia política das diferentes regiões; as características, a divisão de tarefas e as relações de poder, no seio dos agregados familiares; a ligação com a terra, considerada um bem comum da comunidade. A aliança de classes operário-camponesa não salvaguardou os interesses das mulheres enquanto mulheres,

crítica que as mulheres africanas participantes da Luta Armada no continente (...) têm dirigido aos políticos nacionalistas do pós-independência. (CASIMIRO, 2005, p. 74)

O cenário pós-colonial em África nos anos 70, no chamado segundo momento do socialismo africano, parecia favorável às mudanças sociais e políticas revolucionárias, no entanto uma possível transição ao socialismo nos países de periferia se mostrou frustrada, de modo que os debates referentes às questões de gênero e a superação da luta de classe foi legada ao futuro, devido à desestabilização econômica e a necessidade de defender o país. No caso de Moçambique, após a independência o país entrou em guerra civil com os opositores internos da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que com apoio da Rodésia e África do Sul seguiam uma política anti-comunista, até o ano de 1992. Nesse sentido, Casimiro (2005) aponta que o projeto de desenvolvimento econômico socialista previa grande desenvolvimento industrial e investimento maciço nas empresas estatais, deixando de lado a tão importante produção familiar, de modo que a produção foi concebida como uma oposição entre a liderança heróica masculina e a passividade feminina. Essa percepção marxista de que o avanço econômico se dá em oposição à natureza, relegou a comunidade familiar e principalmente às mulheres como algo atrasado pré-capitalista, a ser superado. Logo, as mulheres, como as figuras mais oprimidas, só poderiam se libertar face aos avanços da modernização e a unidade política da FRELIMO:

Durante a luta, aprendi muita coisa. (...) Aprendi coisas boas e vi também coisas más. Quando começou a guerra, foi difícil as pessoas unirem-se, mas a FRELIMO trabalhou muito para a união dos moçambicanos e só graças à união é que conseguimos a vitória. Nós só ouvíamos dizer que há macondes, mas nunca tínhamos visto; nunca tínhamos visto as tatuagens, mas, durante a guerra, vimos que as pessoas são iguais, embora com usos e costumes diferentes. A FRELIMO trabalhou para eliminar essas diferenças. Durante a guerra estávamos todos misturados e não havia divisão na altura da distribuição das tarefas. (MUSSANHANE, 2012, p.739)

Outra limitação quanto ao espaço das mulheres nos projetos marxistas, é apontada por Isabel Casimiro:

...diz respeito ao modo como os dirigentes do Estado trataram o agregado familiar. A divisão de trabalho a nível do agregado familiar é ignorada, o que significa que a 'elasticidade' das mulheres para participarem no trabalho ao nível das fábricas e empresas estatais, tem limites, devido à necessidade de cuidar da *machamba*, dos filhos, dos trabalhos da comunidade. O agregado familiar é igualmente considerado um campo imutável, tradicional e de práticas culturais e relações sociais retrógradas, o que originou o combate, desencadeado depois da independência, contra todas as formas de obscurantismo, características das estruturas tradicionais e que mais influenciam as mulheres, consideradas seres conservadores, imersas na ignorância e no obscurantismo (2004, p.192-193)

Isso influenciou ainda sobre as percepções de conquistas da mulher no pós-independência, onde o discurso hegemônico manteve-as como algo concedido pela FRELIMO e não como direitos conquistados pelas mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os discursos veiculados pela Frente de Libertação Nacional em Moçambique é fundamental para questionarmos os discursos e a ideologia hegemônica de que o movimento buscava conquistar a emancipação da mulher através da luta anti-colonial. Ao contrapor esses discursos com a realidade das mulheres moçambicanas que viveram o período, é possível encontrar uma discrepância entre os projetos de libertação feminina, os desejos das mulheres e a representação das mesmas. Tal discrepância é visível na própria divisão de tarefas das mulheres em suas ocupações na FRELIMO, pois suas conquistas de direitos na luta já vieram marcadas pela divisão sexual do trabalho, uma vez que estas ainda possuíam tarefas específicas nos grupos militares devido ao seu gênero. Isso é evidente no estudo dos relatos das militantes no presente trabalho, pois em suas falas fica evidente que não possuíam o mesmo status político que os homens, ainda que estivessem contempladas pelo fato de ocuparem cargos no mesmo nível.

Para a FRELIMO, os meios de alienação da mulher eram originários da tradição obscurantista e do sistema de propriedade privada dos meios de produção, pois assim como na experiência socialista soviética, a alienação entre os indivíduos e a luta pela detenção dos meios de produção é resultante do capitalismo. Logo, para a superação da realidade opressora se fazia necessária a superação do capitalismo, que em sua fase imperialista apontava também para a necessidade da superação colonial. O ponto de questionamento dessa teoria surge da problematização do modelo socialista modernizante, onde a superação ocorreria através da negação de um passado de experiências divergentes das que modelaram a transição socialista nos demais países.

Ainda que presente nos discursos oficiais e em organizações femininas dependentes da FRELIMO, as demandas das mulheres quanto à sua libertação em termos de gênero não foi atendida. Elas estiveram presentes nas ações da luta armada juntamente com os homens, mas isso não garantiu a efetivação das demandas apontadas como necessárias no cenário nacional. É possível concluir que o projeto nacionalista da FRELIMO na busca de unificar os moçambicanos independentemente de etnia, raça e gênero foi responsável pelo apagamento de algumas demandas específicas desses grupos. No caso das mulheres em especial, a concepção de que elas estariam iguais aos homens a partir de seu engajamento em atividades hegemonicamente masculinas foi

falsa, pois após o processo revolucionário seu status de minoria excluída politicamente se manteve.

Frantz Fanon em seu livro *Os Condenados da Terra* teoriza que a guerra dos povos colonizados é uma forma de superar o complexo de inferioridade criado pelos colonizadores. Ele sugere que a revolução violenta assim como tem potencial de transformação para o homem, tem também para a mulher, por trazer meios de ela participar e colocar-se na mesma hierarquia que a dos homens. A questão que se põe evidente é que se a chave para a restauração da humanidade dos colonizados é a violência revolucionária, mas o que sobrou para as mulheres, que sofreram duplamente com essa invisibilidade?

O cenário pós-colonial em África nos anos 70, no chamado segundo momento do socialismo africano, parecia favorável às mudanças sociais e políticas revolucionárias, no entanto uma possível transição ao socialismo nos países de periferia se mostrou frustrada, de modo que os debates referentes às questões de gênero e a superação da luta de classe foi legada ao futuro, devido à desestabilização econômica e a necessidade de defender o país. No caso de Moçambique, após a independência o país entrou em guerra civil com os opositores internos da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que com apoio da Rodésia e África do Sul seguiam uma política anti-comunista, até o ano de 1992.

O movimento das mulheres africanas na luta nacionalista, ainda que, limitado, foi essencial para a entrada das mulheres na vida política e sua aceitação como cidadãs de direitos e para a construção de novas identidades com o Estado e a sociedade em si (CASIMIRO, 2014, p.85). Assim, a atuação das mulheres ainda está impactando nas constituições e códigos jurídicos, mesmo que a visão hegemônica dos políticos nacionalistas seja a da mulher como propriedade sem voz.

De modo geral podemos concluir que os desafios enfrentados pelas mulheres no movimento de luta de libertação nacional são desafios que perpassam as demandas globais de gênero. Os projetos de mudança revolucionária da sociedade trazem expectativas de rupturas com as opressões estruturais e brechas para que isso de fato ocorra, porém no contexto africano de Moçambique, os movimentos socialistas falharam nessa transição política. É possível apontar então que, a estrutura global de dominação patriarcal influenciou os contextos e os projetos revolucionários,

dificultando assim uma mudança repentina quanto ao status feminino na sociedade capitalista.

Por fim, podemos concluir com esse trabalho que, a luta das mulheres na libertação nacional de Moçambique foi importante primeiramente para elas, como sujeitas constituintes de movimentos e organizações endógenas, mas também pela reivindicação do espaço político da mulher na democracia, valorizando os diferentes modos de participar politicamente. Vale salientar também que foram constituídas novas identidades e sentidos políticos à margem do modelo hegemônico. Ainda assim, Isabel Casimiro (2014, p.89) aponta que o saldo não é totalmente positivo, pois a maioria das mulheres africanas, nos países que contaram com seu engajamento na luta nacionalista, está em condições de desvantagem quanto ao emprego, saúde, educação e acesso à justiça e participação política, então, ainda há uma grande caminhada para a superação dessa condição, fortalecendo redes de direito e políticas públicas para as mulheres.

FONTES

LIBERATION SUPPORT MOVEMENT - LSM. **The Mozambican Woman in the Revolution.** Oakland: LSM Press, 1977.

FRELIMO. **Documentos do 1º Congresso da FRELIMO.** Moçambique: FRELIMO departamento de informação e propaganda, 1962.

FRELIMO. **A voz da revolução, edição especial.** Moçambique: FRELIMO, 1966.

MACHEL, Samora. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução e uma garantia de sua continuidade e condição de seu triunfo.** Tanzânia: 4 de março de 1973. Discurso de abertura da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana.

MUSSANHANE, Ana Bouene. **Protagonistas da luta de libertação nacional.** Maputo: Marimbique, 2012.

TEMPO. **Revolução Moçambicana: por uma escolha popular e socialista.** Tempográfica, nº 247, junho, 1975.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNFRED, Signe. **Descolonizando o Feminismo em Moçambique.** In: Suffolk: Nordiska Afrikainstitutet; Uppsala: James Currey, 2011. 310 p.

AZEVEDO, Mario Joaquim. **Historical dictionary of Mozambique.** Estados Unidos da América: Scarecrow Press, Inc, 2003.

BAGNOL, Brigitte. **Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique.** Análise Social, vol. XLIII (2.º), 2008, p. 251-272.

CAHEN, Michel. **Luta de Emancipação anti-colonial ou movimento de libertação Nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colônias portuguesas e de Moçambique em particular.** *Africana Studia*, nº 8, 2005, p. 39-67.

_____. **The Mueda Case and Maconde political ethnicity some notes on a work in progress.** *Africana Studia*, nº 2, 1999, p. 29-46.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Mulher, Pesquisa, Acção e Mudança.** In: SILVA, Tereza Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas.* Dakar: Codesria, 2012, p.211-227.

_____. **Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique.** Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1, Pernambuco: Editora da UFPE: 2014, 376p.

_____. **Movimentos sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique.** *A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento?* Teresa Cruz e Silva & Isabel Maria Casimiro (orgs.). Dakar, CODESRIA, 2015, p.51-66.

CHANAIWA, David. **A África Austral.** In: *História Geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali. A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília, UNESCO, 2010.

CORREIA, Milton. **A Formação Social Do Estado-Nação e a Crítica Pós-Colonial: o surgimento da história crítica em Moçambique.** *Outros Tempos*, vol. 12, n.19, 2015 p. 93-117.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro: 1968.

HALL, Margaret & YOUNG, Tom. **Confronting Leviathan: Mozambique Since Independence.** Moçambique: Front Cover, 1997, 262p.

ISAACMAN, Allen & ISAACMAN, Barbara. **The role of Women in Liberation of Mozambique.** *Journal of African Studies*, nº13, 1994, p.128-185.

MACAGNO, Lorenzo. **Assimilacionismo**. In: SANSONE, Lívio & FURTADO, Cláudio Alves. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

MAZRUI, Ali A. “**Procurai primeiramente o reino político**”. In: História Geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali. A. Mazriu e Christophe Wondji. Brasília, UNESCO, 2010.

MUNSLOW, Barry. **Mozambique: the Revolution and its Origins** (London: Longman, 1983); T. Henriksen, *Revolution and Counterrevolution: Mozambique's War of Independence, 1964-1974* (Westport: Greenwood Press, 1983).

PAREDES, Marçal de Menezes. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa**. Revista anos 90, Porto Alegre, v.21, nº40, 2014, p.131-161.

PENVENNE, Jeanne. **Chibalo e classe operária; Lourenço Marques 1870-1962**. In: *Mozambican Studies*, nº 2, 1981, p. 9-35.

ROBINSON, David Alexander. **Curse on the land: a history of Mozambican Civil War**. 2006. 373 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy Of History, University Of Western Australia, Australia, 2006. Disponível em: <[http://research-repository.uwa.edu.au/en/publications/curse-on-the-land-a-history-of-the-mozambican-civil-war\(8f29f45e-9b89-4327-93ac-25643cba7908\)/export.html](http://research-repository.uwa.edu.au/en/publications/curse-on-the-land-a-history-of-the-mozambican-civil-war(8f29f45e-9b89-4327-93ac-25643cba7908)/export.html)>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SHELDON, Kathleen. **African Women: Early History to the 21st Century**. Indiana: Indiana University Press, 2017.

SOUSA, João Tiago. **Eduardo Mondlane e a luta pela independência de Moçambique**. Comunidades Imaginadas e nacionalismos em África. Coimbra, 2008. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/ptpt/livro/eduardo_mondlane_e_luta_pela_independ%C3%Aancia_de_mo%C3%A7ambique>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das mulheres e História social.** Cadernos Pagu, nº3: 1994, p.29-62.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral.** In: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. Brasília, UNESCO, 2010.

WHITE, Aaronette M. **All the Men Are Fighting for Freedom, All the Women Are Mourning Their Men, but Some of Us Carried Guns: A Raced-Gendered Analysis of Fanon's Psychological Perspectives on War** In: Signs, Vol. 32, No. 4, 2007, p. 857-884.

APÊNDICE – BIOGRAFIAS

Juliana Miguel Ntumbate

Nasceu em 1955 e cresceu em Matambalale, Cabo Delgado. Seu pai era um régulo que através da venda de cartões da FRELIMO, difundia a ideologia da Frente e com o tempo passou a ser chairman, treinando os mais novos na mata. Após investidas dos portugueses na região, seguiu com seu pai para a base Licumba. Em 1965 passou a treinar no que se tornaria o DF, mas que na altura se chamava IBO, como referência à base. Posteriormente, foi instrutora do DF e comissária política.

Juvenália Abiatar Muthemba

Nasceu em Inhambane, começou o ensino primário em Cabo Delgado - para tal sendo batizada - moveu-se para Xai-Xai e estudou até a 8ª classe. Teve "o despertar para o nacionalismo" desde cedo, participando de movimentos estudantis como o NESAM e acompanhando os programas da FRELIMO na Rádio Tanzânia e de fato, despertou após a prisão de sua irmã pela PIDE.

Lina Júlia Francisco Magaia

Nasceu em Lourenço Marques e desde jovem atuou no NESAM, militando na clandestinidade junto à mobilização política da FRELIMO. Foi presa pela PIDE em 1965.

Maria da Luz Daí Ghebuza

Nasceu em 1953 em Manica, teve seus estudos em Chimoio e Beira. Passa a integrar-se à FRELIMO, por influência de seu pai, que parte para Nachingwea. Lá treina com familiares e trabalha como Comissária Política e também no Centro Educacional de Tunduru - Tanzânia.

Maria de Fátima Muanza Pelembe

Nasceu e cresceu na Marávia, Tete. Teve seus estudos iniciais na missão até 1968, quando passa a se integrar na FRELIMO. Em 1971 inicia o curso de Enfermagem em Mtwara, em consequente, passando a atuar nas delegações como chefe de saúde.

Marina Pachinuapa

Nasceu em 1947 em Mueda, Cabo Delgado. A início da luta armada vivia com freiras em uma missão e presenciou a mobilização da FRELIMO em sua província. Recebeu treino militar em 1965 e foi comandante do Destacamento Feminino.

Paulina Mateus N'kunda

Desde a infância esteve envolvida no trabalho político da FRELIMO através de seu pai, assassinado quando ela ainda era jovem. Ele deixa como tarefa para a mesma, a continuidade ao seu trabalho. Participa do primeiro grupo de mulheres de Cabo Delgado treinadas militarmente. Atuou como guerrilheira em diversos combates nas áreas libertadas e também participou do 2º Congresso da FRELIMO (1968) e em 1971 esteve no comando setorial do Destacamento Feminino em Manica, Cabo Delgado, indo ser representante como delegada do mesmo na 1ª Conferência Constitutiva da Organização da Mulher Moçambicana (1973).

Teresa Amule

Nasceu em 1943 em Chicomo, Niassa. Integra os quadros da FRELIMO em 1964, atuando inicialmente na mobilização de voluntários e apoiadores e logo, participa do primeiro grupo de mulheres do Destacamento Feminino, tornando-se responsável pelo DF do Niassa Oriental.

Teresa António Chaibo Anaiva

Nasceu em 1952 em Lichinga, Niassa. É levada pelos combatentes da FRELIMO, pois a zona onde se encontrava estava em conflito com os portugueses. Participou do primeiro grupo do Destacamento Feminino a ser treinado. É no DF que participa de inúmeros combates e colabora nas missões de mobilização da população. Segue com um curso de enfermagem e parteira e atua no centro de Tunduru.

ANEXO A – MARINA PACHINUAPA ÀS MULHERES: VIOLÊNCIA NÃO TEM A VER COM EMANCIPAÇÃO

NOTÍCIAS (Not.): Que significado tem para si o Dia da Mulher Moçambicana?

MARINA PACHINUAPA (MP): É um dia muito importante para mim. Quando o Destacamento Feminino (DF) pensou, em 1973, criar a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) pretendia garantir que aquelas mulheres que não eram militares, que não tinham espaço para se expressar, tivessem um fórum em que pudessem trocar experiências e debater assuntos relacionados com a mulher e contribuir para o bem-estar do país. O objectivo era de garantir que a mulher se libertasse, falasse, discutisse e trocasse ideias úteis para o desenvolvimento de Moçambique. Nós como militares já trocávamos experiências e sentíamos o quão isso era importante, porque permitia que todos contribuíssemos em algo para a nossa pátria.

Not.: Acha que o vosso objectivo está a reflectir-se na realidade actual?

MP: Sim. Temos mulheres envolvidas em diferentes ramos de actividade. A mulher já tem opinião, diz aquilo que está bem e o que não está. Ela sugere como se pode conseguir melhores soluções para alguns problemas sociais, políticos, económicos, culturais. Hoje, quando olho para a mulher moçambicana, mesmo nos locais mais distantes do distrito, vejo que ela consegue exprimir o que sente, e isso é importante. O 7 de Abril é uma pedra preciosa para moçambicanas.

Not.: Esquecemos quem somos

MP.: Para a nossa entrevista, há que olhar o contexto social em que o país vive para interpretar alguns actos de violência que ocorrem na sociedade.

Not.: A OMM defende a emancipação da mulher. Qual é o real sentido da emancipação?

MP.: Emancipação é o mesmo que libertar e dar independência à mulher. Ela conquistou esta libertação quando mostrou ser capaz de estar junto ao homem na luta de libertação nacional. Não foi fácil. Naquela altura, a mulher não tinha direito à opinião e alguns homens que estavam na guerra transportavam consigo esse princípio. Mas a

mulher lutou e conseguiu conquistar o seu espaço. Emancipação quer dizer que homens e mulheres são iguais e juntos podem contribuir para o desenvolvimento do país.

Not.: Há quem associa a emancipação da mulher à violência protagonizada por algumas mulheres no lar. Concorda?

MP.: Acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Durante a luta de libertação e um pouco depois da independência já tínhamos mulheres emancipadas, mas não se assistia a situações de mulheres que agrediam os esposos. É preciso entender bem o tempo em que nos encontramos. Naquela altura não tínhamos televisão, o que se passava nos Estados Unidos, no Brasil e noutros sítios não sabíamos, mas hoje assistimos tudo o que se passa no mundo.

Not.: Pode explicar melhor...?

MP.: A novela, por exemplo, muitas vezes critica a forma como a sociedade se comporta, assim como no teatro, mas o problema é de não percebermos a mensagem que transmitem. Pensamos que é natural uma mulher bater no seu marido. Pegamos nisso e implementamos na vida real. Eu questiono-me que era essa maneira de viver dos nossos avós e pais, será que eles não tinham problemas. Tinham sim, sentavam e dialogavam em família. Hoje, a mulher grita para o marido, o marido grita para a esposa, as crianças estão a ver. Tudo isto para dizer que perdemos muito os nossos valores, a nossa maneira de ser e estar. Nós esquecemos quem somos e de onde viemos.

Not.: Há que censurar a informação

MP.: FILTRAR a informação que passa nos diferentes meios de comunicação social é uma das vias que a sociedade pode encontrar para evitar perpetuar actos de violência.

Not.: O que sugere como solução para estes problemas?

MP.: Será muito difícil. As pessoas não olham para as suas raízes, os seus valores culturais e morais. Outros pensam que o que assistimos do mundo fora é melhor para a sociedade, enquanto não. Quando tentamos falar com as pessoas mais novas sobre os nossos valores e princípios, dizem que isso é passado, eu estou livre de fazer as coisas como acho melhor. É passado sim, mas há algo positivo que podemos buscar, como por exemplo o respeito que é uma riqueza para a família e para o país. A mulher deve saber o seu papel na família e na sociedade. É muito complicado. É preciso seleccionar o

positivo naquilo que assistimos na televisão. As coisas que não são boas, às vezes é preciso evitar ver, como, por exemplo, histórias de mulheres que pegam facas espetam nos maridos, queimam o marido. Temos que filtrar bem a informação que passa nos diferentes meios de comunicação social.

Not.: Com isto quer dizer que a mulher não deve esquecer o seu papel social na família?

MP.: Sou mulher, tive a vida militar, tenho o meu marido, meus filhos. Sei que devo trabalhar para o bem de todos. Mas quando chego à casa sei que sou esposa e mãe. Tenho empregados em casa, mas faço comida para o meu marido, lavo pratos, limpo. Há vezes que os meus filhos reclamam, mas mãe, nós estamos aqui e eu digo, eu sou a dona de casa. Se fazem limpeza tenho que passar lá ver se o trabalho está bem feito. Eu divido os momentos. Nem tudo o que oiço lá fora, implemento na minha casa, faltar o respeito ao meu marido e família. Sou feliz e tenho orgulho dos meus filhos. Eles são bons. Respeitam muito as pessoas.

Not.: Como é que conseguiu isso?

MP.: Digo sempre aos meus filhos: Marina é Marina e não são vocês. O teu pai Pachinuapa é uma pessoa como outra. Nós somos pessoas, aquilo que fizemos foi para o país. Os meus filhos hoje vivem em Maputo, muitos cresceram aqui, mas eles conhecem Mueda (Cabo Delgado), conhecem a povoação antiga onde vivemos antes da aldeia, conhecem onde estão a descansar os avós. Os miúdos cresceram nisso até hoje. Aquilo está dentro deles. A criança tem que ter a auto-estima da família. Se eu estou na cidade, cresci na cidade, eles sabem donde os pais partiram. Faço o mesmo com os netos. É preciso que os filhos tenham referências de suas raízes.

Not.: Buscar continuamente o respeito

MP.: Pachinuapa encoraja as mulheres a trabalhar e buscar continuamente o respeito.

Not.: Há algo que a preocupa na sociedade?

MP.: Preocupa-me a maneira como as mulheres procuram resolver os problemas na família. Esfaquear, queimar e matar o parceiro. Eu pergunto: onde é que vamos agora, afinal. Isso não é emancipação da mulher, é crime. Emancipação da mulher é dizer, olha, eu tenho que estudar, adquirir conhecimento para ajudar o nosso país. Eu tenho que expor e partilhar a minha ideia para desenvolver o país, seja na machamba, seja no

escritório, etc. Gostaria que as mulheres percebessem que devemos estar juntos (homens e mulheres) neste processo de desenvolvimento do país, é para isto que nós lutámos pela emancipação da mulher. Queimar o marido, repito, é crime e não emancipação. O apelo que deixo é de que devemos olhar para a novela e entender que se trata de uma crítica daquilo que não se deve fazer na sociedade e não um modelo a seguir. É preciso recordar o que somos como mulheres. Ser mulher significa busca contínua do respeito, no trabalho, na sociedade, na família, esse é o valor da mulher na sociedade.

Not.: Geralmente, quando fala em público, dirige-se aos jovens. Tem alguma preocupação especial em relação à esta camada social?

MP.: Tenho sim. Os jovens são o futuro do país. Há muita coisa que o país precisa. São os jovens que devem fazer. Por isso, o Presidente Samora dizia que a criança é a flor que nunca murcha, é esperança deste país. Este país precisa de jovens. Os jovens devem estudar e usar a sua inteligência para servir o nosso país. Eles devem lutar para desenvolver o país. Por isso, fico indignada quando vejo jovens a beber, excessivamente, e a envolver-se em drogas. Eu questiono-me: que esperança temos para este país? Os jovens devem lutar para desenvolver o país.

Not.: Tem alguma mensagem para a mulher pelo 7 de Abril?

MP.: Sim. A mulher moçambicana sabe o que quer, deve continuar a contribuir, onde quer que esteja, na machamba, em casa, nos escritórios, para o bem-estar de Moçambique. Vocês, jornalistas, devem passar informações reais que valorizem o país e o vosso trabalho.

Entrevista realizada por Eveline Muchanga para o Jornal Notícias Online em 07 de abril de 2017.

Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/pagina-da-mulher/66388-marina-pachinuapa-as-mulheres-violencia-nao-tem-a-ver-com-emancipacao.html>>

Acesso em: 09/07/2017.